

# GOIÁS

## síntese dos INDICADORES SOCIAIS

ESTUDOS DO IMB

Julho - 2014

**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

**INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB**

---

**SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS DE GOIÁS**

*Luis Carlos Fukugawa<sup>1</sup>*  
*Marcos Fernando Arriel<sup>2</sup>*  
*Paulo Jackson Bezerra Vianna<sup>1</sup>*  
*Rafael dos Reis Costa<sup>1</sup>*

1 - Pesquisador do Instituto Mauro Borges

2 - Gerente de Estudos Socioeconômicos e Especiais

## **GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**

Marconi Ferreira Perillo Júnior

## **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO**

Leonardo Moura Vilela

## **CHEFE DO GABINETE ADJUNTO DE PLANEJAMENTO**

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

---

### **IMB - INSTITUTO MAURO BORGES** **DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

---

Unidade da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, o IMB é responsável pela elaboração de estudos, pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, fornecendo subsídios na área econômica e social para a formulação das políticas estaduais de desenvolvimento. O órgão também fornece um acervo de dados estatísticos, geográficos e cartográficos do Estado de Goiás.

### **Chefe do Gabinete de Gestão**

Lillian Maria Silva Prado

### **Superintendência**

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves

### **Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais**

Marcos Fernando Arriel

### **Gerência de Contas Regionais e Indicadores**

Dinamar Maria Ferreira Marques

### **Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas**

Eduiges Romanatto

### **Gerência de Pesquisas Sistemáticas e Especiais**

Marcelo Eurico de Sousa

### **Gerência de Cartografia e Geoprocessamento**

Carlos Antônio Melo Cristóvão

#### **Instituto Mauro Borges**

Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar  
Setor Oeste – Goiânia – Goiás - CEP 74.125-125  
Telefone: (62) 3201-6695/8481  
Internet: [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br), [www.segplan.go.gov.br](http://www.segplan.go.gov.br)  
e-mail: [imb@segplan.go.gov.br](mailto:imb@segplan.go.gov.br)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO .....	6
DEMOGRAFIA.....	8
PREVIDÊNCIA.....	12
REND A, POBREZA E DESIGUALDADE .....	15
SAÚDE.....	22
SEGURIDADE.....	24
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO .....	26
EDUCAÇÃO .....	30
SANEAMENTO E HABITAÇÃO .....	33
ACESSO A INFORMAÇÃO .....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
ANEXOS .....	42
ANEXO 1 .....	42
ANEXO 2 .....	56
ANEXO 3 .....	57

## **APRESENTAÇÃO**

A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB divulga, pelo presente Estudo, a análise dos principais indicadores sociais de Goiás. O Estudo Síntese de Indicadores Sociais de Goiás é fruto da colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mediante a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), que forneceu o método para construção dos indicadores.

Este trabalho apresenta os temas demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação e acesso à informação. O objetivo é possibilitar um conhecimento amplo da realidade social de Goiás, por intermédio de indicadores no período de 2002 a 2012.

Para possibilitar um amplo conhecimento da realidade social de Goiás, utilizou-se a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Houve necessidade de utilizar também outras fontes de dados, além da PNAD.

Com mais este estudo disponível ao público usuário, o IMB segue cumprindo sua missão, que é a de produzir e tornar disponível para a sociedade informações sobre a realidade socioeconômica goiana.

## INTRODUÇÃO

Com a série de dados iniciada em 2002 e finalizada em 2012, últimos dados disponíveis, o estudo Síntese de Indicadores Sociais de Goiás aborda sobre os temas demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação e acesso a informação. Neste período Goiás vem passando por profundas mudanças nos campos econômico e social.

No campo econômico, houve sucessivos incrementos no Produto Interno Bruto, de forma que a economia goiana avançou, em média anual, 5,0%, enquanto que a média nacional foi de 3,3%. Esse incremento se deve, em grande medida, pelo fortalecimento do setor industrial, fruto da instalação de empresas de grande porte atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo, pela abundância da matéria prima e pela localização privilegiada. Há que se ressaltar, ainda, que foi nesse período mais recente que o Estado ganhou força nas vendas para o exterior, alavancando sobremaneira suas exportações, no que diz respeito à quantidade e variedade de produtos e número de parceiros comerciais.

Na área social, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e analisado pelo IMB, revela que Goiás exibiu elevação nas últimas décadas, partindo de um valor de 0,487 em 1991 para 0,615 em 2000, por fim, alcançando o valor de 0,735 em 2010. O que mostra, portanto, sucessivos avanços no campo social. Para uma avaliação mais ampla da área social, este estudo tem a pretensão de mostrar o comportamento dos principais indicadores sociais de Goiás, além de comparar com a região Centro-Oeste e a média do Brasil.

Para atingir o objetivo, que é possibilitar um conhecimento amplo da realidade social de Goiás, recorrendo a indicadores no período de 2002 a 2012, este estudo está dividido em duas partes, em que a primeira trata da análise sobre os temas sociais propostos e a segunda mostra anexos com indicadores desagregados e o método de cálculo.

## QUADRO SÍNTESE

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

**QUADRO 1-Quadro-síntese da situação social – Brasil, Centro-Oeste e Goiás**

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Centro-Oeste	Goiás
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,78	1,79	<b>1,73</b>
	Razão de dependência idosos (60 anos ou mais)	16,75	14,28	<b>15,04</b>
Previdência Social	Cobertura Previdenciária da população idosa	76,35	67,89	<b>72,53</b>
	Esperança de vida aos 60 anos	21,58	22,7	<b>20,85</b>
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	3,74	1,72	<b>1,69</b>
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	846,79	1.096,97	<b>896,48</b>
	Índice de Gini	52,91	52,76	<b>47,68</b>
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	15,27	15,51	<b>16,12</b>
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	100,50	114,7	<b>131,3</b>
Seguridade	Percentual das transferências sobre a renda	20,23	15,36	<b>15,88</b>
Trabalho e renda	Desemprego	6,05	5,03	<b>4,52</b>
	Rendimento Médio do trabalho (salário)	1.565,88	1.975,46	<b>1.589,80</b>
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	8,66	6,70	<b>7,28</b>
	Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais	8,96	9,42	<b>8,99</b>
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	89,52	92,85	<b>90,28</b>
	Acesso da população à energia elétrica	99,48	99,80	<b>99,84</b>
Cultura	Existência de telefone celular no domicílio	90,74	95,28	<b>95,25</b>
	Internet no domicílio	42,25	46,15	<b>40,99</b>
Desenvolvimento agrário	Cobertura previdenciária da população idosa (rural)	85,49	75,74	<b>78,20</b>
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	426,12	629,57	<b>671,71</b>
	Índice de Gini (rural)	49,02	47,67	<b>47,78</b>
	Rendimento Médio do trabalho (salário) rural	861,28	1.202,44	<b>1.164,79</b>
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	21,11	15,03	<b>13,89</b>
	Acesso à energia elétrica (rural)	96,90	99,01	<b>98,84</b>
	Existência de telefone celular no domicílio (rural)	71,25	85,51	<b>88,65</b>
Internet no domicílio (rural)	8,82	12,01	<b>9,81</b>	

Fonte: PNAD 2012/IBGE e RIPSA/MS. Elaboração: Instituto Mauro Borges com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

## DEMOGRAFIA

As transformações demográficas no Brasil começaram a ocorrer de forma tímida a partir de 1940, principalmente, pela queda na taxa de mortalidade, acentuando-se na década de 1960 quando começa decair de forma expressiva a taxa de fecundidade. Assim, esta transição por qual o Brasil passou de forma acelerada, na Europa ocorreu em um ritmo mais lento, como na França, em que durou quase dois séculos. Essa é uma das modificações estruturais mais importantes na sociedade brasileira (IBGE, 2009). Isto, gera modificações que são e serão sentidas ao longo do tempo, como o Bônus Demográfico<sup>1</sup> pelo qual o Brasil está passando, e futuramente o aumento da população idosa e a redução da base da pirâmide de faixa etária.

Ao final dos anos de 1960 e início da década de 1970, o curso da sociedade brasileira, com o deslocamento migratório rural-urbano, o processo de industrialização e intensificação da urbanização começa a sofrer fortes transformações, gerando assim, uma intensa dinâmica social que contribuiu para a difusão de novos valores. (IBGE, 2009)

Além disto, destaca-se a produção industrial de anticoncepcionais e sua larga aceitação pela sociedade. Em 1996, uma pesquisa realizada pela Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM, intitulado como Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde - PNDS, constatou um aumento significativo de mulheres que faziam uso de métodos contraceptivos em todo o país (IBGE, 2009). Cita-se, ainda, a liberdade conquistada da qual as mulheres vêm adquirindo sua ascensão no mercado de trabalho, além da modificação na estrutura familiar, como situações que influenciam na taxa de fecundidade na sociedade contemporânea.

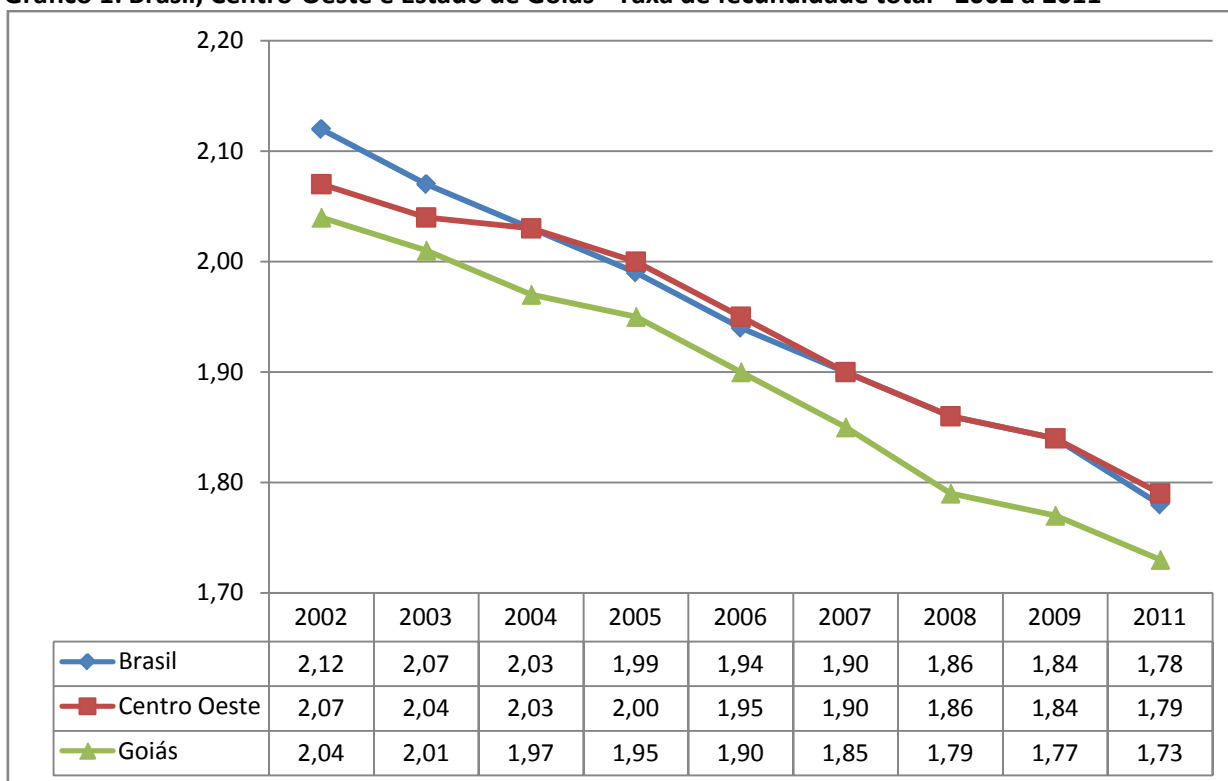
Este declínio na taxa de fecundidade pode ser observado no gráfico 1. A taxa de reposição, considerado o valor para manter a população em números estáveis, deve ser de 2,1 filhos por mulher (IMB, 2013 *apud* CAETANO, 2008). Porém, observa-se pelo referido gráfico que desde o início da série, ou seja, o ano de 2002, tanto Goiás quanto o Centro-Oeste apresentam uma taxa de reposição menor do que 2,1. No Estado de Goiás a taxa de 2,04 em 2002 cai para 1,73 em 2011, ou seja, queda de 15%.

---

<sup>1</sup>O bônus demográfico ocorre quando o número das pessoas com idade entre 15 e 64 anos, denominada de população em idade ativa – PIA – supera a parcela da sociedade considerada dependente (pessoas com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos).



**Gráfico 1: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Taxa de fecundidade total– 2002 a 2011**



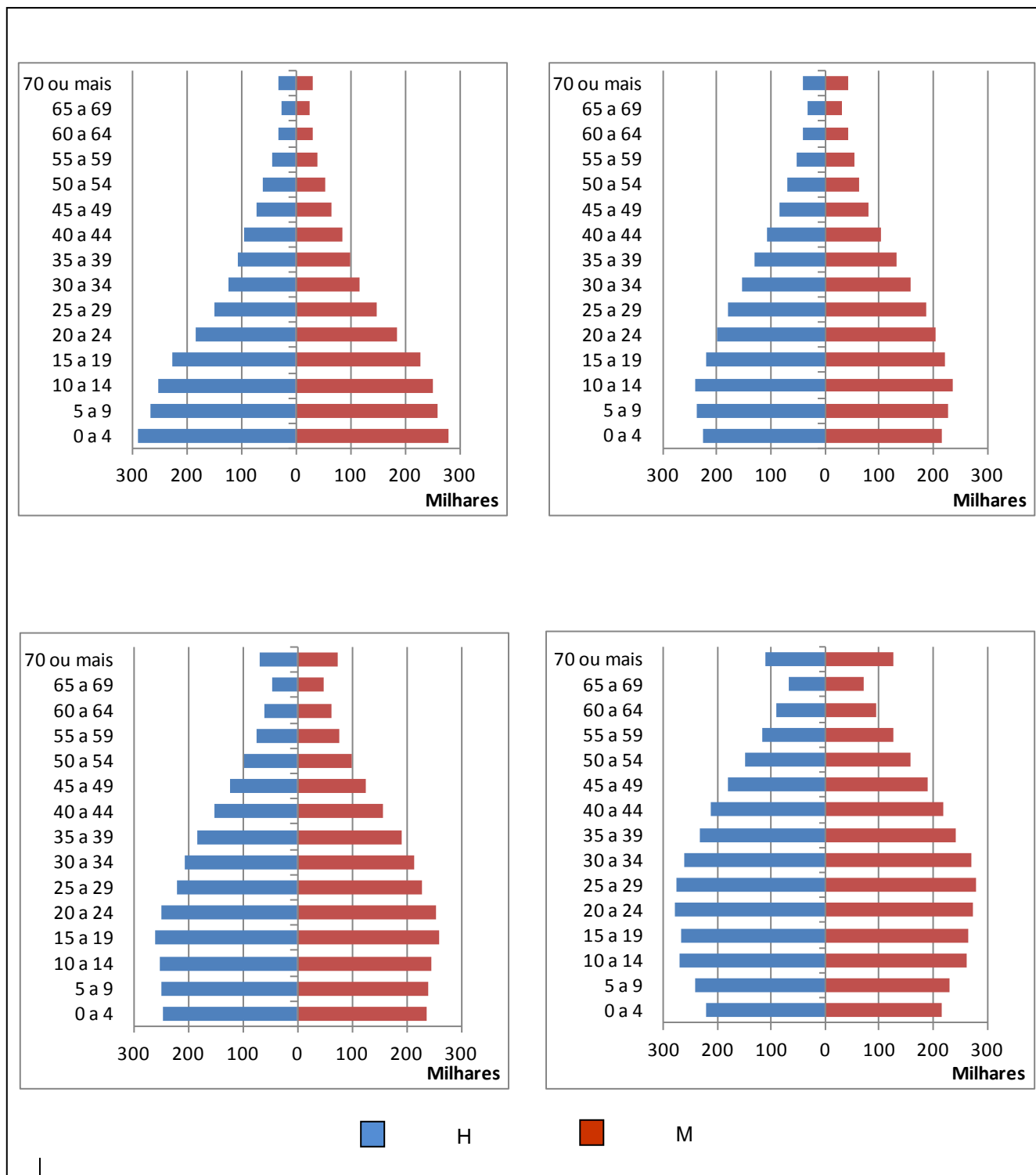
Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Em 2014, Goiás possui cerca de 6,5 milhões de habitantes, o que representa 3,2% da população brasileira e 42,88% do Centro-Oeste. De acordo com o IMB (2013), no caso de Goiás, em pouco mais de 30 anos houve profunda transformação na estrutura demográfica. Segundo ALVES<sup>2</sup> (2006 apud IMB 2013), “uma das consequências da transição demográfica é a alteração da estrutura etária da população reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, em primeiro lugar, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos” (2006, p. 2). Isto é evidenciado a partir da Figura 1, em que a pirâmide etária de Goiás tem passado nitidamente por grandes modificações.

<sup>2</sup> O Bônus Demográfico e o crescimento econômico no Brasil por José Eustáquio Diniz Alves

**Figura 1. Pirâmides Etárias de Goiás – 1980/2010**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980/2010.

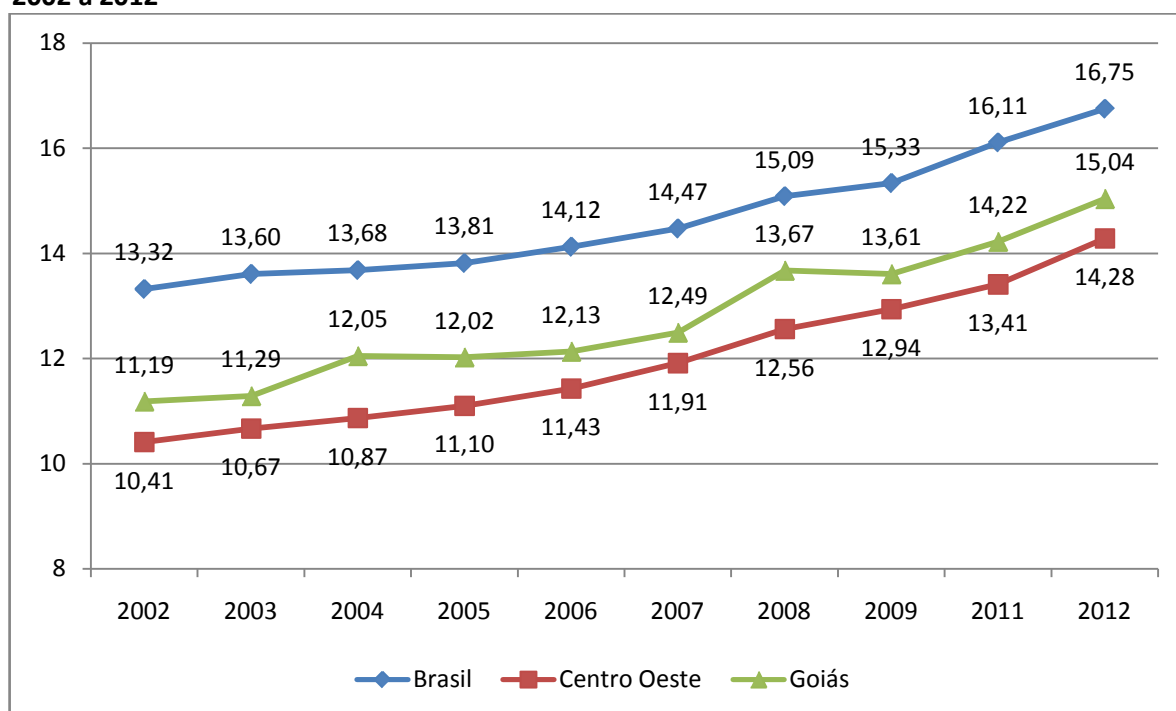
Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Ainda de acordo com a Figura 1, nota-se que em 2010 a pirâmide etária em Goiás mostra uma tendência de estreitamento da base etária e, devido ao elevado crescimento populacional e à migração que ocorreu no passado, observa-se o alargamento do seu topo.

Para além de 2010, esta tendência pode continuar sendo observada, mediante o Gráfico 2, por meio da razão de dependência demográfica de idosos, que demonstra a razão entre o número total de pessoas com mais de 60 anos sobre a população acima de 16 anos. Os dados demonstram que esta razão tem aumentado, sendo motivo para precaução dos governos quanto à previdência futura e às demais políticas públicas voltadas para essa faixa etária.

A razão de dependência de idosos, por sua vez, é menor em Goiás (15,04%) do que no Brasil (16,75%) e maior do que no Centro-Oeste (14,28%).

**Gráfico 2: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás -Razão de dependência demográfica de idosos – 2002 a 2012**

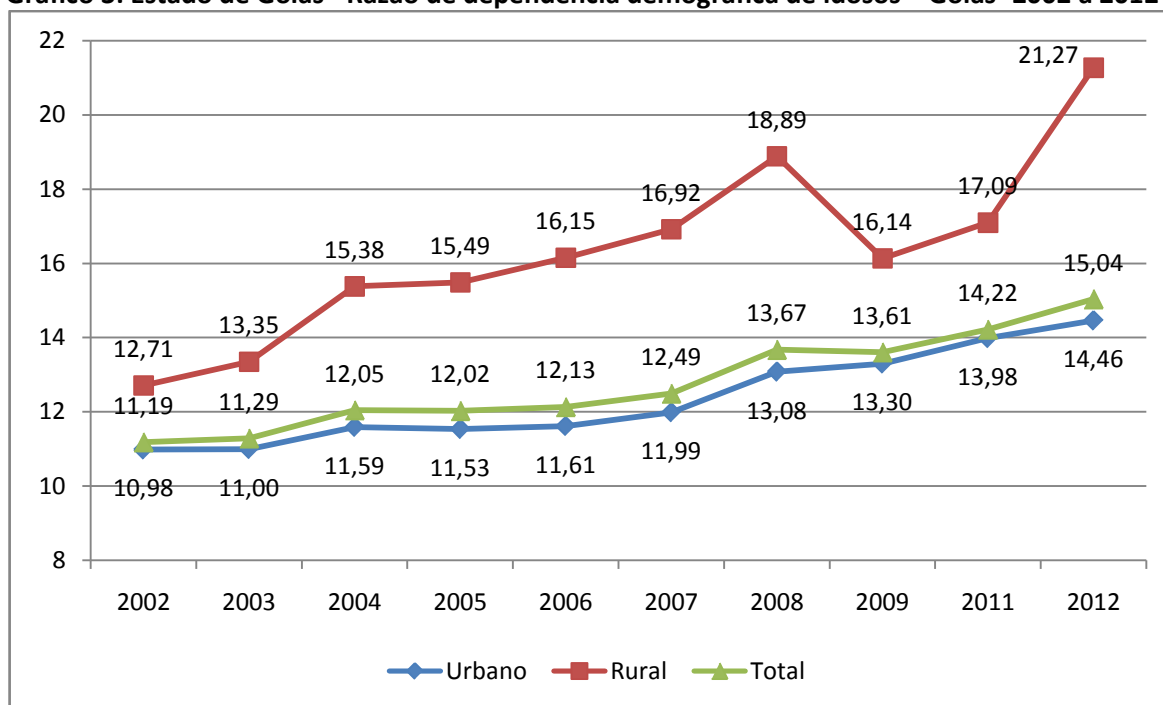


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Segundo dados da PNAD, mais de 8% da população goiana vive nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é menor do que o da região Centro-Oeste (9,9%), sendo também inferior à média nacional (15,2%). Observando o gráfico 3, nota-se que em toda a série, a razão dependência demográfica de idosos na zona rural é significativamente maior que na zona urbana, este fato pode ser explicado pela migração dos jovens para a área urbana, atrás de oportunidades de emprego, enquanto os mais velhos optam por permanecer, aumentando assim essa proporção.

**Gráfico 3: Estado de Goiás - Razão de dependência demográfica de idosos – Goiás -2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## PREVIDÊNCIA

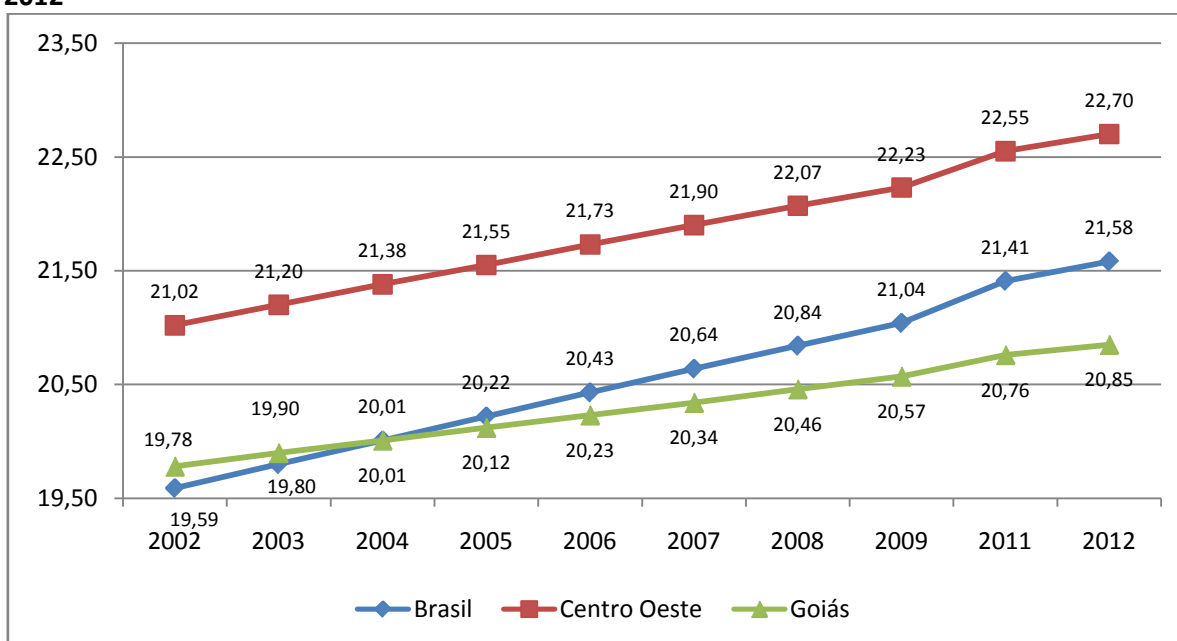
A questão previdenciária no país é um assunto que causa preocupação entre especialistas, pois a população idosa brasileira “passará dos atuais 6% (2006) para aproximadamente 10% em 2025 e para 20% em 2050” (Pasinato; Kornis; p. 8). A situação do Estado de Goiás não será diferente. Conforme estudo do Instituto Mauro Borges (IMB), é necessário aproveitar o momento em que há um bônus demográfico, ou seja, as pessoas com idade entre 15 e 64 anos, denominada população em idade ativa (PIA), é superior à parcela da população com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, considerada como população dependente. Ainda conforme o estudo, “a estimativa do IBGE é que o bônus permaneça até 2030, a partir desse período o aumento do contingente de idosos começaria a pesar sobre o restante da população” (IMB, p. 06).

A formulação de políticas previdenciárias se justifica pelo aumento da expectativa de vida da população. No Gráfico 4 é possível visualizar a evolução da esperança de vida aos 60 anos de idade – que é uma estimativa de quantos anos mais uma pessoa a partir daquela idade ainda poderá viver. Para a população goiana, em 2002, havia a expectativa de viver aproximadamente 19,78 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 20,85 anos, em 2012, ou seja, um crescimento de 5,41%. Para a média brasileira, essa projeção era de 19,59 anos em 2002 e

de 21,58 anos em 2012 e, para o Centro-Oeste, de 21,02 e 22,70 anos, entre os anos se 2002 e 2012, respectivamente.

A implicação do aumento da expectativa de vida é a participação de um maior número de idosos na sociedade. Assim, “as políticas e ações públicas visando a atender as pessoas na faixa etária de maior idade devem ser gestadas já neste momento de bônus demográfico. Agindo dessa maneira, o custo das intervenções será menor e os efeitos serão otimizados quando o período de bônus cessar, necessitando apenas de pequenos ajustes” (IMB, p. 20).

**Gráfico 4: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Esperança de vida aos 60 anos de idade – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais<sup>3</sup>. Para Camarano *et al* (2013, p. 10)

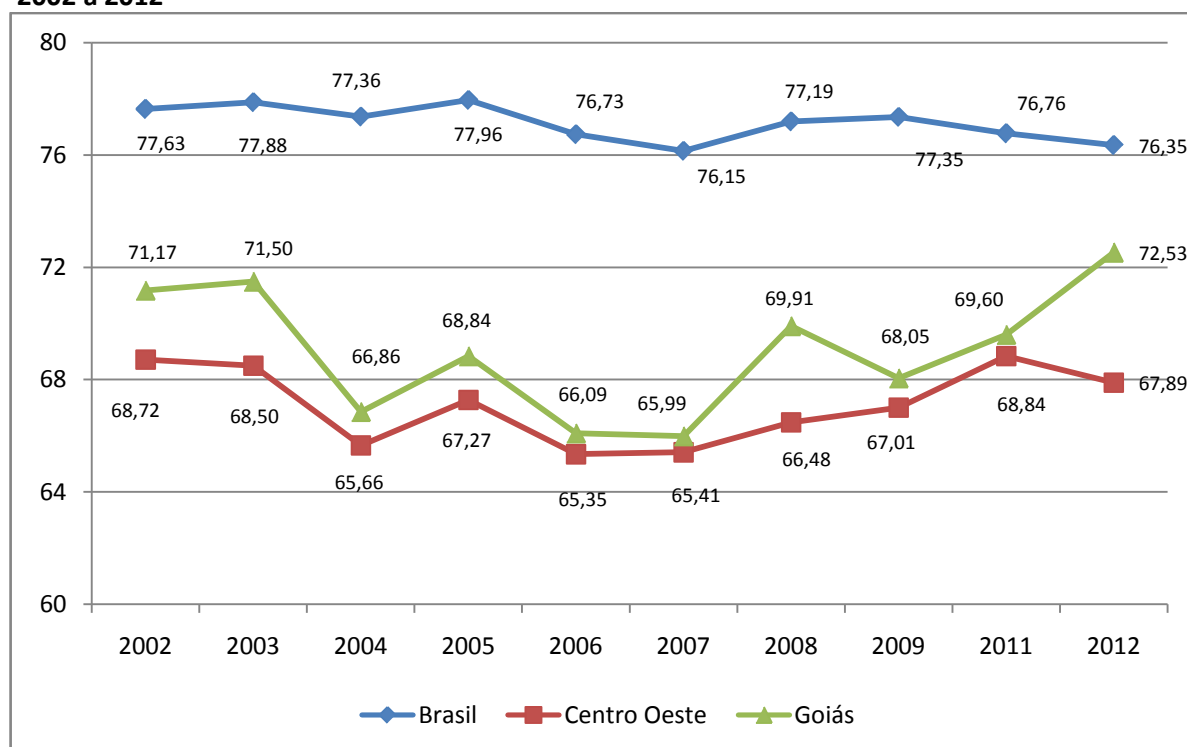
O Estado brasileiro avançou muito na estratégia de assegurar uma renda mínima para a população idosa. Os principais benefícios que estas pessoas têm direito são parte da política de seguridade social, estabelecida pela CF/1988, que introduziu um conceito mais inclusivo sobre a matéria e aumentou a cobertura dos benefícios sociais na área rural, por intermédio de mudanças nos critérios de elegibilidade.

O Gráfico 5 apresenta a abrangência da cobertura previdenciária e também evidencia a atuação do Estado na seguridade social. Em 2002, enquanto 77,63% da população idosa do Brasil e

<sup>3</sup> Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do Idoso.

68,72% do Centro-Oeste eram cobertos pela previdência social, em Goiás, essa cifra era de 71,17%. Em 2012 esses totais passaram a ser de 76,35%, 67,89% e 72,53%, respectivamente.

**Gráfico 5: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Cobertura previdenciária da população idosa – 2002 a 2012**

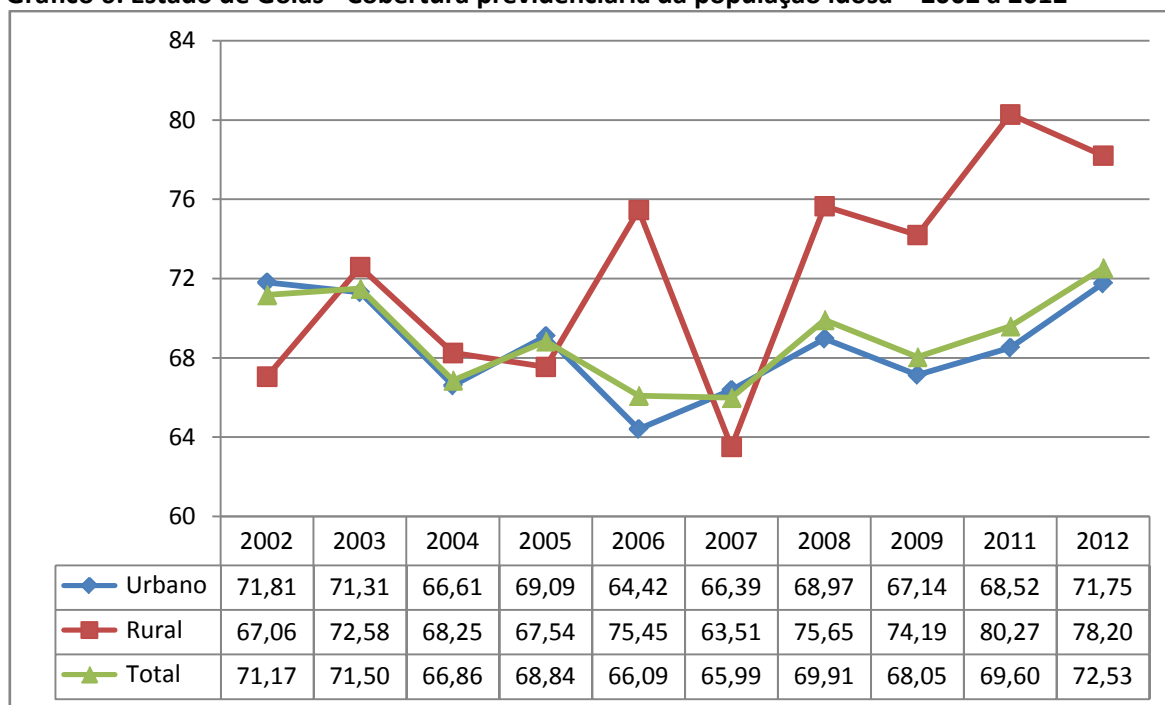


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

No Gráfico 6 é possível visualizar para o Estado de Goiás, que a abrangência da cobertura aumentou tanto para a área urbana quanto para a rural. A primeira com uma variação negativa entre 2002 e 2012 de 0,08% e a segunda variando mais de 16%. A maior variação na abrangência da área rural pode ser explicada por alterações na idade de recebimento e a mudança da transferência da unidade beneficiária, que passou do chefe do domicílio para o indivíduo (Beltrão *et al*, p. 05).

**Gráfico 6: Estado de Goiás - Cobertura previdenciária da população idosa – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

De acordo com o trabalho do IPEA (2012), utilizado como base para este, “para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.”

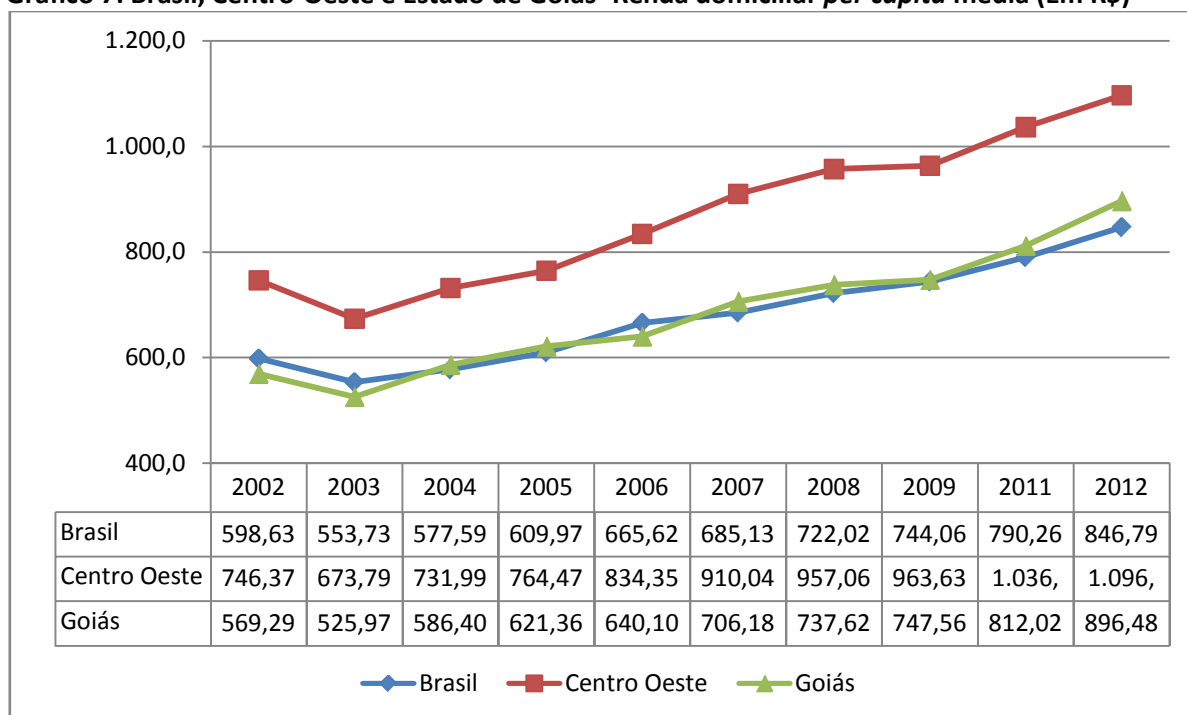
Pelo gráfico 07, o Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 598,63, em 2002, subiu para R\$ 846,79, em 2012, perfazendo aumento real de 41,45% no período. O indicador do Centro-Oeste passou de R\$ 746,37 para R\$ 1.096,97 (aumento real de 46,97%). No caso de Goiás, o indicador era de R\$ 569,29 em 2002, elevando-se para R\$ 896,48 em 2012. Com esse aumento de 57,47% ao longo do período, o Estado superou a média nacional, mas permaneceu abaixo da média do Centro-Oeste.

Para explicar esta ascensão na renda domiciliar *per capita*, pode-se embasar na dinâmica econômica do Estado que tem se mantido em expansão, em que, segundo IMB (2012), o agronegócio goiano é um setor dinâmico e vem se consolidando nas últimas décadas, desde o produtor até o beneficiamento e venda dos produtos agropecuários. Além deste, o setor industrial tem se destacado com a ampliação do número de empresas em segmentos, como indústrias de fabricação

de etanol, açúcar e fabricação e montagem de automóveis. Como indicativo destes fatores, observa-se a taxa de crescimento real dos setores agropecuário, industrial e de serviços, entre 1999 a 2011, que expandiu, em média anual, em 5,6%, 4,6% e 4,5%, respectivamente. O que gera um impacto positivo sobre a quantidade de emprego e renda dos trabalhadores, assim contribuindo sobre a renda domiciliar *per capita*.

Outro aspecto importante para o aumento da renda domiciliar *per capita* foram os programas de transferência de renda federal e estadual, que impactou positivamente a renda das famílias mais pobres. Destaca-se ainda o aumento do salário mínimo no decorrer desta década.

**Gráfico 7: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás -Renda domiciliar *per capita* média (Em R\$)\***



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

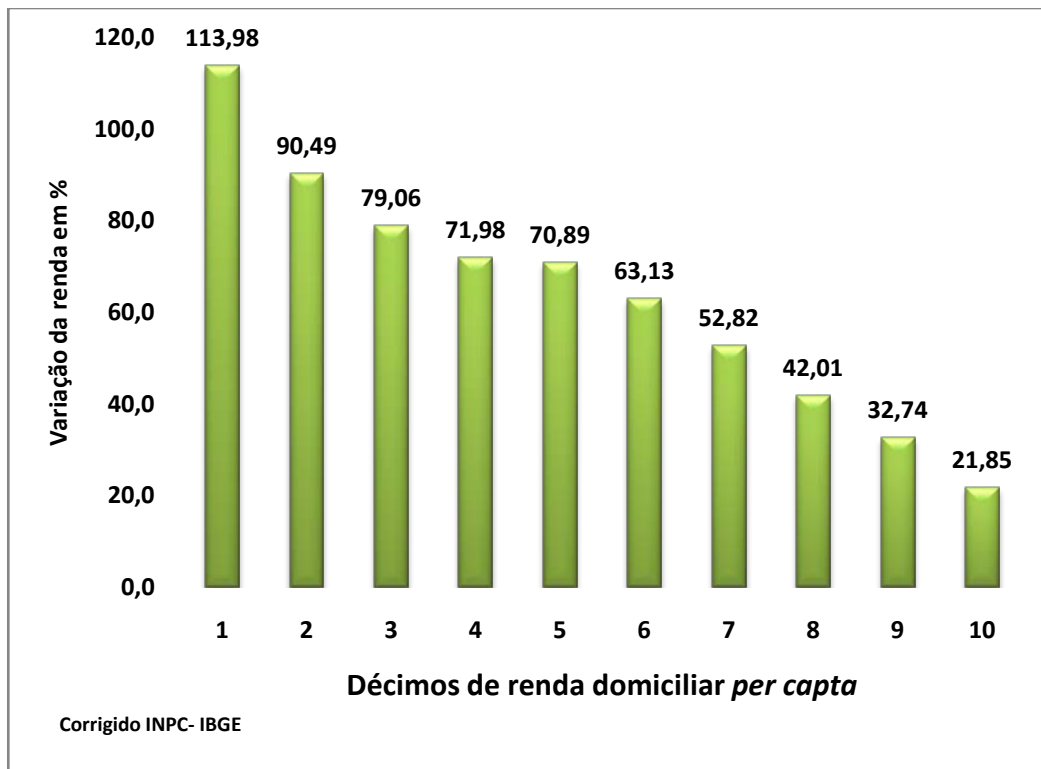
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014

\*Valores corrigidos para o ano 2012

É possível observar no gráfico 08 a variação da renda domiciliar per capita para cada décimo da população entre 2002 e 2012, ordenada dos mais pobres para os mais ricos. Neste período de 10 anos os 10% mais pobres obtiveram um aumento de 113,98% nos rendimentos domiciliares per capita, ao passo que o aumento dos rendimentos pelos 10% mais ricos foi de 21,85%. Os décimos mais pobres tiveram um aumento maior da renda, porém, o valor do rendimento dos 40% mais pobres em 2012 é de R\$ 308,66, enquanto os 5% mais ricos tiveram um rendimento médio de R\$ 4.853,18, conforme anexo 02.



**Gráfico 8: Estado de Goiás - Taxa de variação da renda domiciliar *per capita* por décimos da população, 2002-2012 (%)**

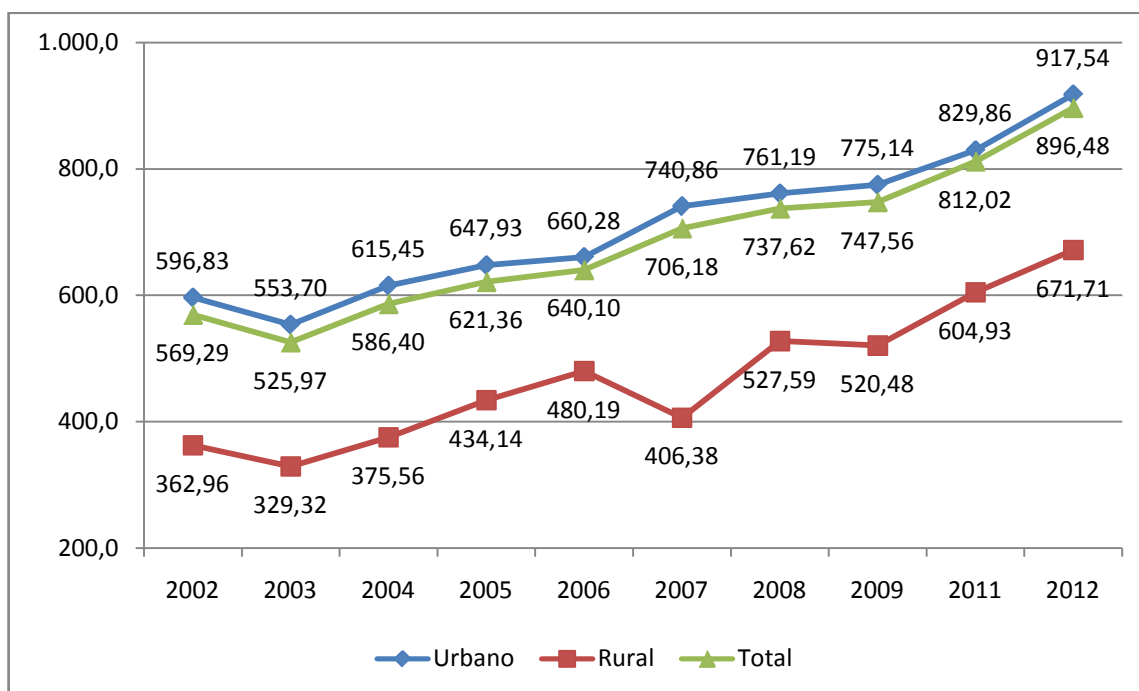


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Em Goiás, as desigualdades de renda média diminuíram entre os contextos urbano e rural, pois o incremento na renda domiciliar *per capita* da zona rural (85,06%) foi superior ao observado na urbana (53,74%). Nota-se pelo gráfico 09 que na área rural, ela passou de R\$ 362,96 em 2002, para R\$ 671,71 em 2012. Contudo, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chamam atenção. Esta diferença continua sendo uma questão desafiadora para a formulação de políticas sociais.

**Gráfico 9: Estado de Goiás - Renda domiciliar *per capita* média – Goiás (Em R\$)\***



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

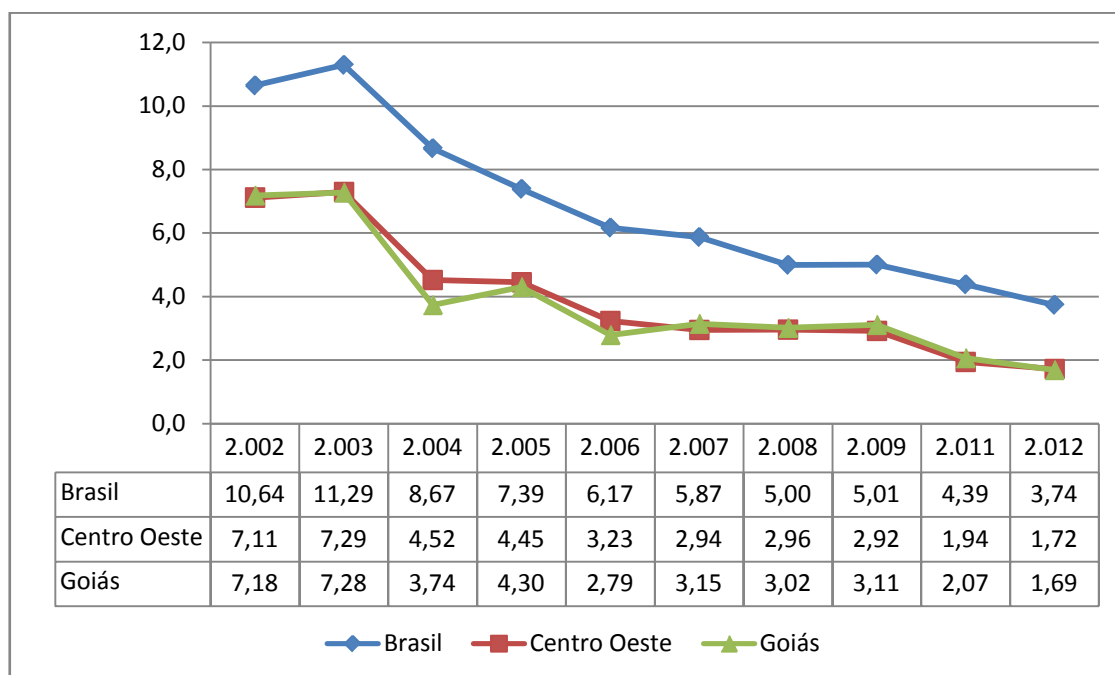
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-Go/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014

\*Valores corrigidos para o ano 2012

Sob o ponto de vista da pobreza extrema - ou seja, daqueles que auferiram uma renda *per capita* inferior a R\$ 78,80, por mês, em setembro de 2012 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>4</sup>-, Goiás apresenta tendência de queda. Observa-se pelo gráfico 10 que em 2002, 7,18% da população viviam em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 1,69% em 2012. No mesmo período, a pobreza extrema na região Centro-Oeste passou de 7,11% para 1,72%. Os índices nacionais são de 10,64% e 3,74% para 2002 e 2012, respectivamente.

<sup>4</sup> Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

**Gráfico 10: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - População em situação de extrema pobreza (Em %)**

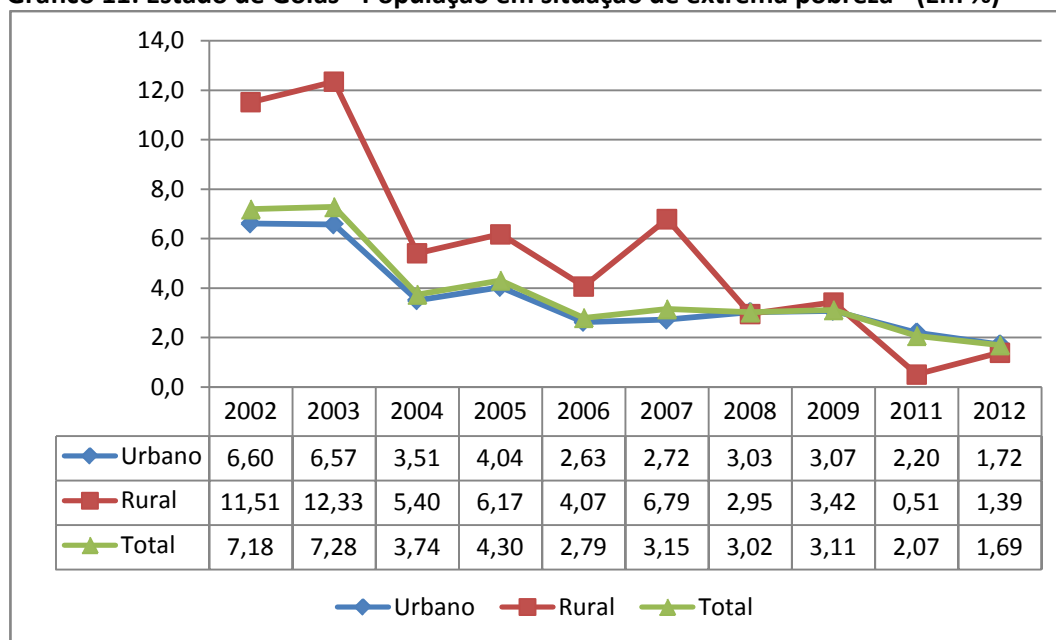


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-Go / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Tendo em vista o contexto rural, gráfico 11, os indicadores de pobreza extrema apresentados em Goiás (11,51% em 2002 e 1,39% em 2012) apontam queda mais acentuada que a tendência observada no resto do Estado. Ressalta-se que essa tendência pode ser atribuída às transferências governamentais dos governos federal e estadual.

**Gráfico 11: Estado de Goiás - População em situação de extrema pobreza - (Em %)**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

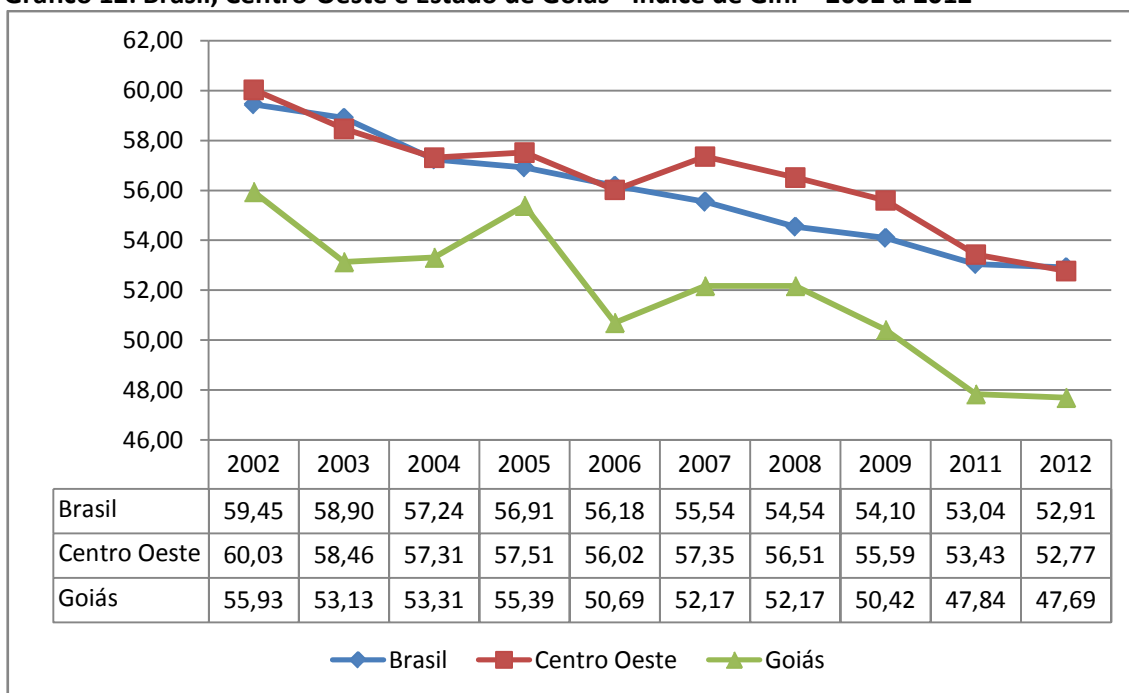
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO/ Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014

De acordo com o IPEA (2012), o Índice de Gini<sup>5</sup> pode ser considerado o indicador mais completo para medir a desigualdade de renda, pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a do Centro-Oeste superior à nacional. E na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.

De acordo com o IPEA (2012), a maior parte da queda da desigualdade na primeira década do século XXI a partir da informação de fonte de renda na PNAD, se deve a expansão do volume de pessoas ocupadas. Há de se destacar as políticas de transferência de renda dos governos estadual e federal.

<sup>5</sup> Coeficiente de Gini é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Este consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade. O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

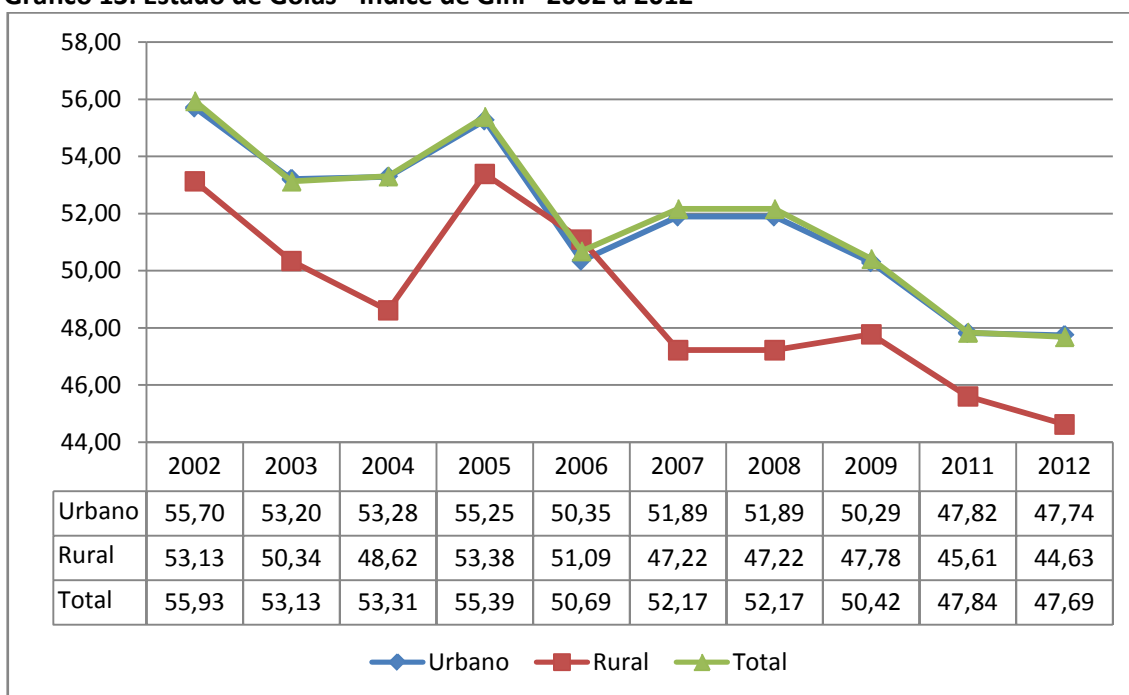
**Gráfico 12: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Índice de Gini – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

**Gráfico 13: Estado de Goiás - Índice de Gini –2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

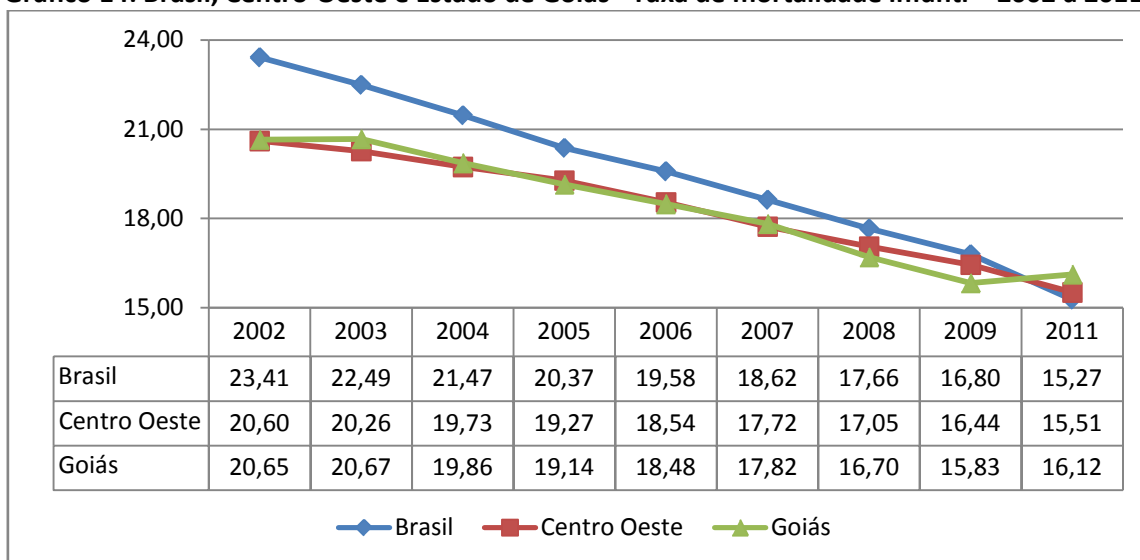
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 coloca a saúde como um direito a todos os cidadãos e um dever do Estado. Um indicador utilizado para medir melhorias existentes na área de saúde é a taxa de mortalidade infantil. De acordo com Barufi (2009, pg. 10), “sob o ponto de vista da racionalidade econômica, o custo de determinadas medidas que aumentam as chances de sobrevivência de uma criança é muito baixo em comparação com o ganho que se obtém com seus resultados”, ou seja, o retorno social obtido pelo desenvolvimento saudável de uma criança será observado no futuro por meio de seu esforço intelectual e produtivo.

A queda do índice de mortalidade infantil (medida de mortes infantis por mil nascidos vivos) pode não ser tão influenciada pela ampliação de hospitais e leitos, mas por melhorias na prevenção familiar, disponibilização de rede de esgoto, melhoria na educação e a redução da pobreza (BARUFI, 2009, pg. 74). Tal apontamento pode direcionar políticas, que uma vez implementadas gerariam externalidades para outras áreas. No Gráfico 14 pode-se visualizar que em 2002, a taxa de Goiás era de 20,65, caindo para 16,12 em 2011. Considerando esses valores, o Estado encontra-se em situação desfavorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil eram mais altos em 2002: 23,41, e mais baixo em 2011: 15,27. Na região Centro-Oeste, as taxas foram de 20,60 e 15,51 em 2002 e 2011, respectivamente.

**Gráfico 14: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Taxa de mortalidade infanti – 2002 a 2011**



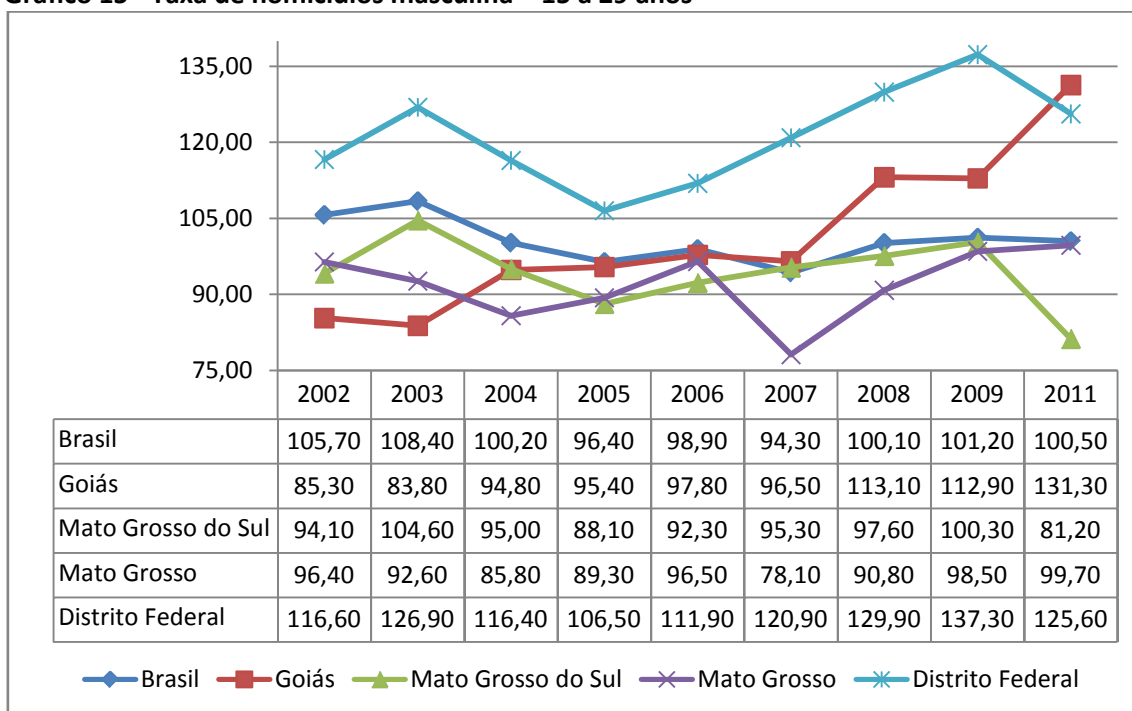
Fonte: RIPS/MS

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídios masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. Conforme o Gráfico 15, no Brasil, ela caiu de 105,70 em 2002 para 100,50 em 2011. Apesar de demonstrar médias menores que as nacionais,

durante aquele período, Goiás vem seguindo tendência oposta: em vez de diminuição, tem-se assistido a um crescimento desses homicídios ao longo dos anos, a ponto de a taxa estadual superar a nacional em 2007. Inicialmente, em 2002, ela era de 85,30, subindo para 131,30 em 2011, superando a média nacional e a dos Estados do Centro Oeste. Esse crescimento pode ser visto como fração do que ocorre no Centro-Oeste, já que os índices estaduais, com exceção do Mato Grosso do Sul onde houve queda (94,10 em 2002 e 81,20 em 2012), apresentam uma escalada de ascensão (96,40 em 2002 e 99,70 em 2011 para o Mato Grosso e 116,6 em 2002 e 125,60 em 2011 para o Distrito Federal).

**Gráfico 15 - Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos**



Fonte: RIPSA/MS

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Como uma explicação para o fenômeno deste aumento da taxa de homicídios, Waiselfisz (2013, pg. 65) analisa que

“Com o processo de desconcentração econômica acontecido no Brasil, principalmente nas décadas finais do século XX, emergem novos polos de desenvolvimento, seja no interior dos estados mais desenvolvidos, seja em outras áreas periféricas, à margem do processo. Esses novos polos tornam-se áreas atrativas de população e de investimentos que, diante da limitada e deficitária presença dos poderes públicos, principalmente na área de segurança, convertem-se também em polos atrativos da criminalidade e da violência”.

É uma situação que ocorre, por exemplo, com o Estado de Goiás, que iniciou um processo de desenvolvimento e atraiu um grande contingente populacional, como tem ocorrido no Entorno do Distrito Federal. De acordo com o IBGE (Censo, 2010), 25,0% da população do Estado de Goiás é

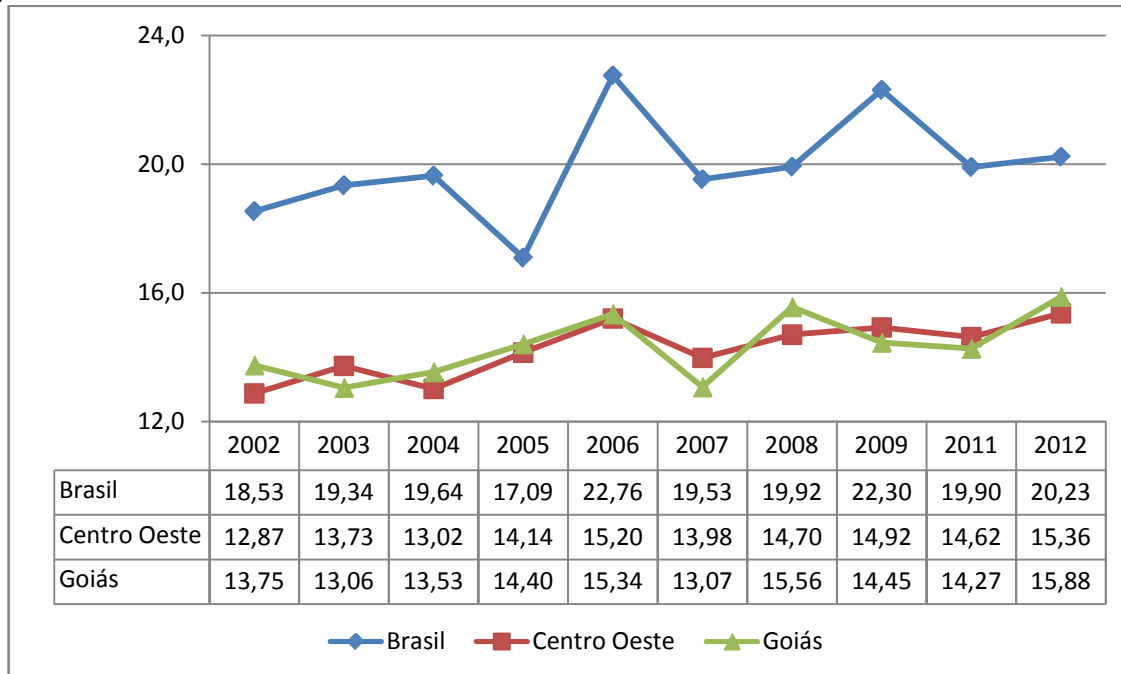
composta por não naturais, ou seja, pessoas que nasceram em outros Estados e migraram para Goiás. Esse percentual coloca o Estado na sétima posição de maior receptor de migrantes no país.

## SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões do instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas), Renda Cidadã e outros<sup>6</sup>.

Observa-se no Gráfico 16, que em Goiás a parcela da renda correspondente à seguridade é de 15,88% sendo inferior à média do Brasil que encontra-se em 20,23% no ano de 2012. Esses números reforçam o que já foi dito anteriormente, ou seja, que Goiás possui uma participação menor que a do Brasil de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.

**Gráfico 16 - Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás – Participação das Transferências sobre a renda (%) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

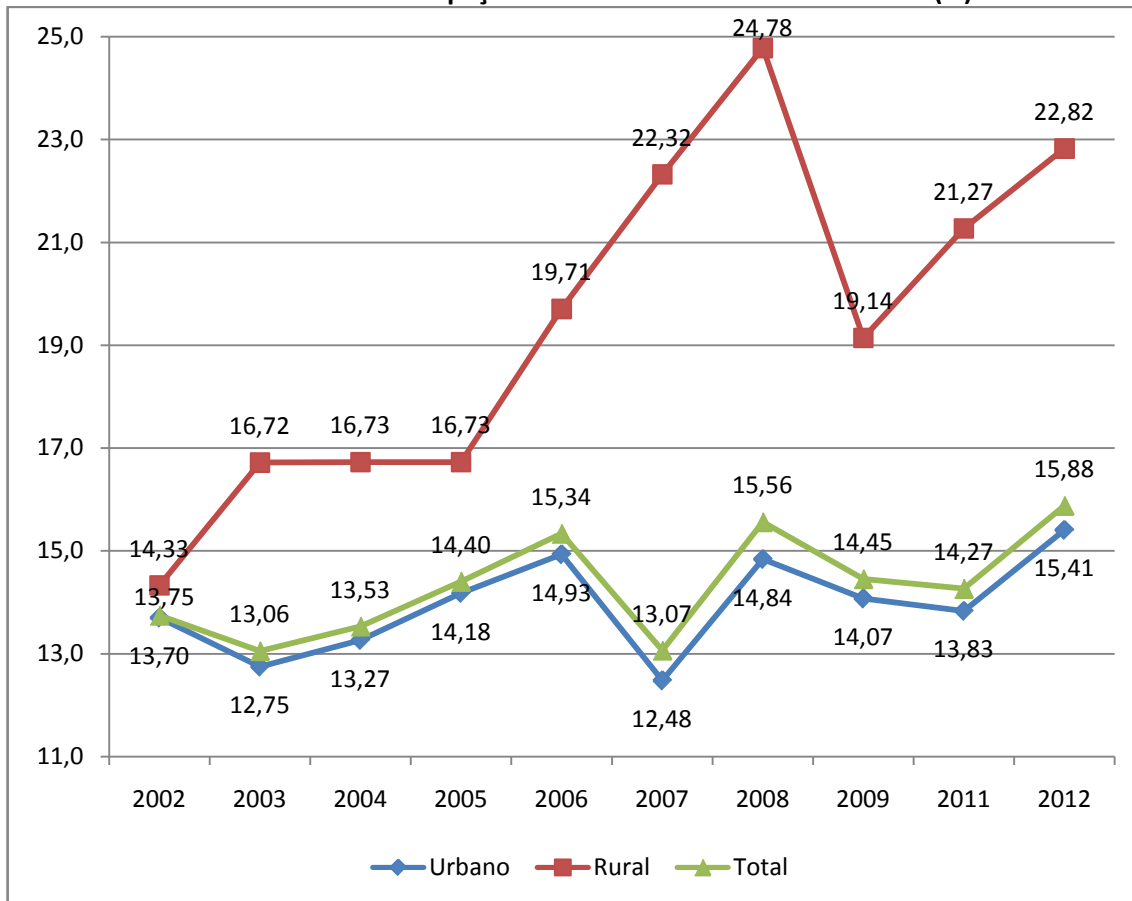
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

<sup>6</sup> As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabe-se, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser sub-declarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Considera-se, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que se quer aferir.



Na comparação entre as zonas rural e urbana para o Estado de Goiás, o Gráfico 17 mostra um maior atendimento da seguridade na zona rural com 22,82% enquanto na área urbana é de 15,41%, no ano de 2012. A evolução verificada foi de 59,25% e 12,48% para as áreas rural e urbana, respectivamente.

**Gráfico 17: Estado de Goiás – Participação das Transferências sobre a renda (%) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

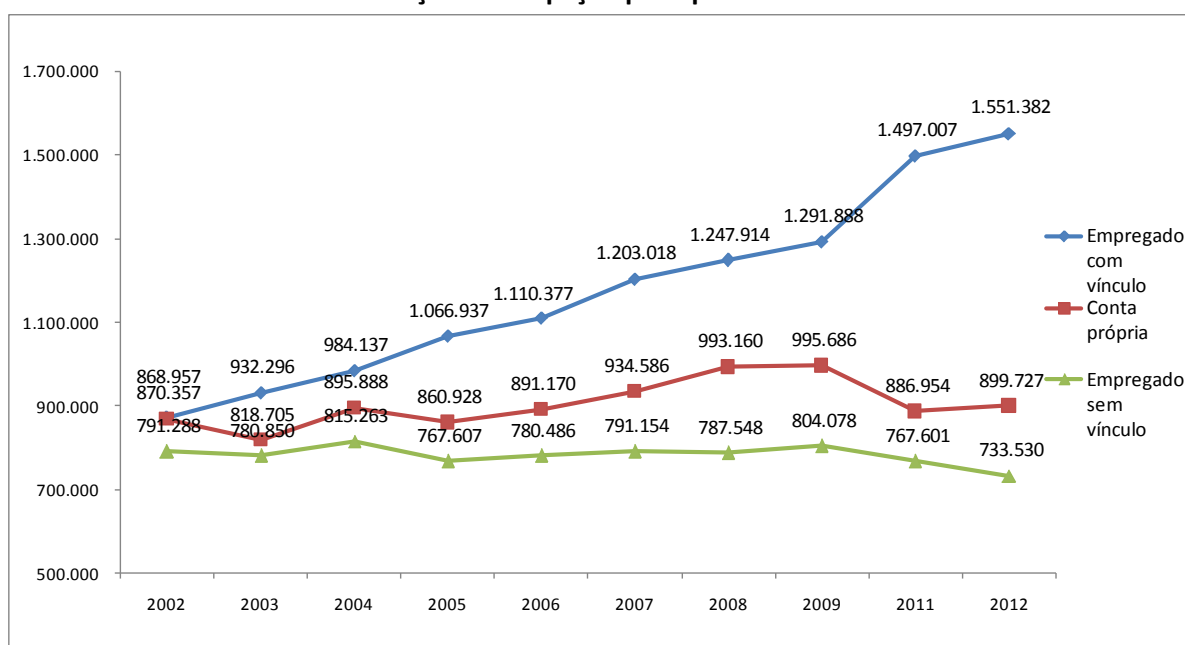
A maior participação das transferências de renda na área rural de Goiás pode ser atribuída à Previdência Social Rural, que promoveu um “significativo impacto na redução da pobreza entre a população rural idosa pela significativa redistribuição de renda no país” (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2000; SCHWARZER, 2000 *apud* SILVA, 2005, pg. 16).

## TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A expansão na produção de bens e serviços que Goiás vem experimentando tem contribuído de forma positiva para a geração de emprego e a renda gerada pelo trabalho, é o que mostram os dados da PNAD.

Ao observar os dados de ocupações da PNAD (gráficos a seguir), nota-se que houve crescimento significativo na geração de ocupações gerais, puxado pelo quantitativo de empregados com vínculos<sup>7</sup>. Em 2002 havia 2.530.602 ocupados em Goiás, passando para 3.184.639 no ano de 2012, crescimento de 25,84% no período e média anual de 2,3%.

**Gráfico 18: Estado de Goiás: Evolução da ocupação por tipo de vínculo – 2002-2012**



Fonte: IBGE, microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

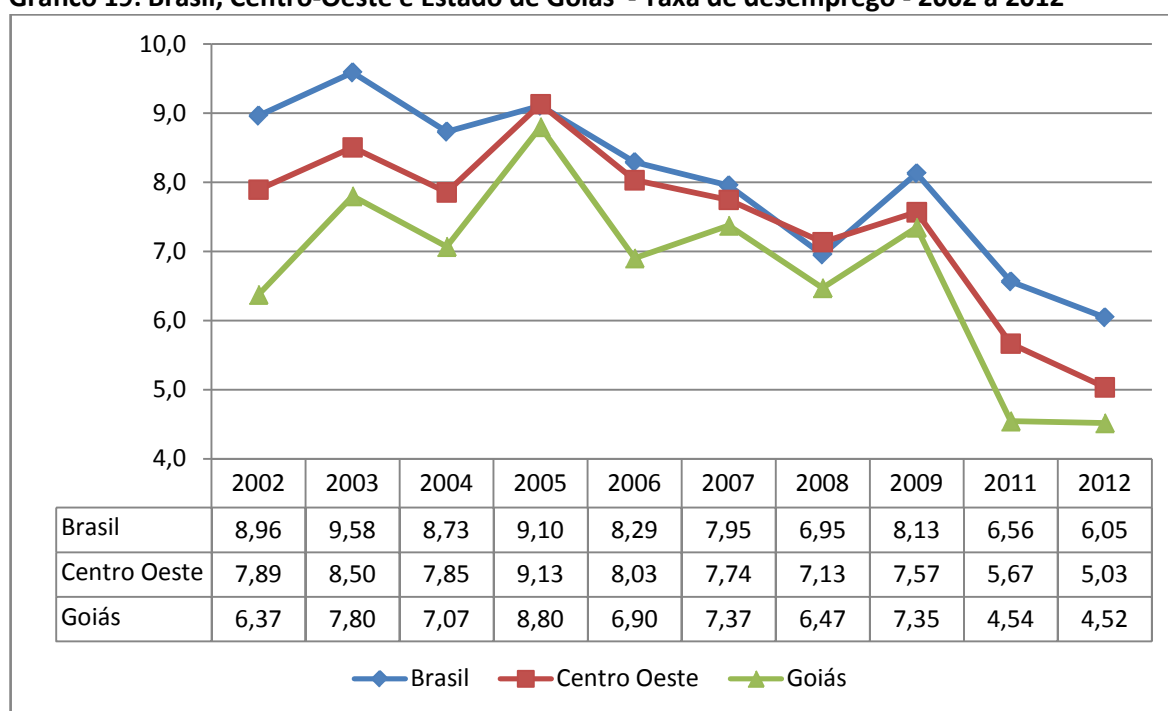
O Gráfico 18 mostra que os trabalhadores com vínculo foram os que mais contribuíram para o avanço no número de ocupações, sobretudo aquelas com carteira assinada. Esse dado mostra o reflexo dos sucessivos períodos de crescimento econômico em Goiás, verificado no início deste estudo, que levaram à expansão da formalidade no mercado de trabalho. Ademais, as políticas públicas para a formalização do emprego, tais como a redução dos tributos e contribuições para

<sup>7</sup> Empregado (Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;) com carteira de trabalho assinada; Trabalhador doméstico (Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares) com carteira de trabalho assinada; Funcionário público estatutário e Militar.

empresas de pequeno porte e maior fiscalização das relações de trabalho também contribuíram para a expansão do número de ocupações com vínculos, sobretudo no setor privado.

Num ambiente de expansão econômica e elevação no ritmo de contratação de trabalhadores formais, a taxa de desemprego em Goiás foi declinante ao longo do período analisado. No ano 2012, último dado disponível, o Estado encontrou-se em melhor situação que a região Centro-Oeste e a média brasileira. Em 2002, ela era de 6,37%, tendo caído para 4,52% em 2012. No Centro-Oeste, essas taxas foram de 7,89% em 2002 e de 5,03% em 2012; para o Brasil, apresentam-se as taxas de 8,96% e 6,05%, respectivamente. No meio rural a taxa de desemprego em Goiás é ainda menor, pouco mais de 1% em 2012, segundo a PNAD.

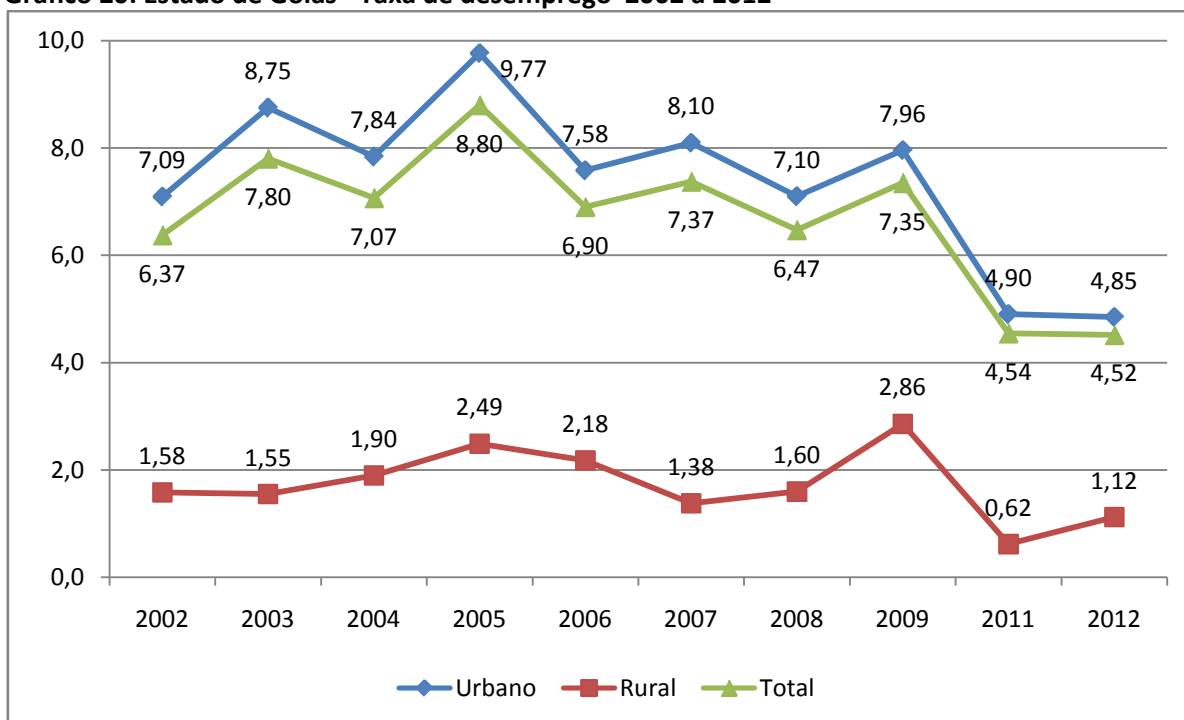
**Gráfico 19: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Taxa de desemprego - 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

**Gráfico 20: Estado de Goiás - Taxa de desemprego 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

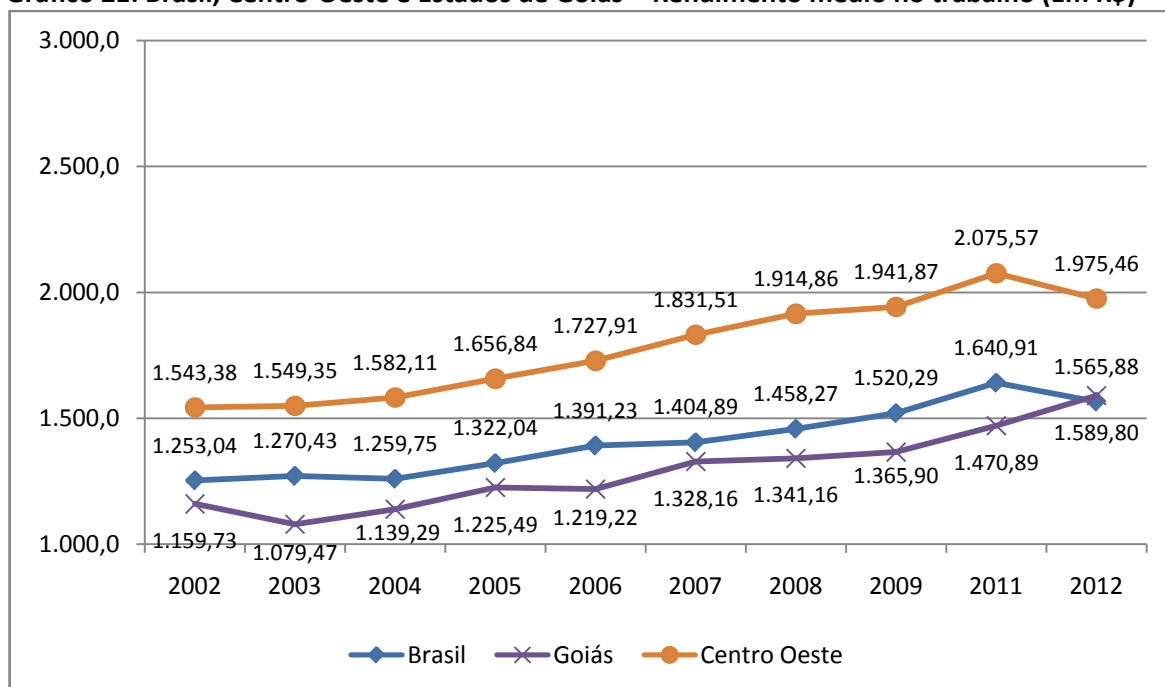
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Com relação à qualidade dos postos de trabalho, particularmente no que se refere à remuneração, Goiás encontra-se próximo da média nacional, mas abaixo da média dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal<sup>8</sup>. O rendimento médio do trabalho<sup>9</sup> em Goiás foi de R\$ 1.159,73 em 2002 (sendo que no Brasil essa média foi de R\$ 1.253,04 e no Centro Oeste, de R\$ 1.543,38) e em 2012 aumentou para R\$ 1.589,80 (Brasil: R\$ 1.565,88; Centro Oeste: R\$ 1.975,46).

<sup>8</sup> Valor da remuneração destes estados encontram-se no Anexo I

<sup>9</sup> Trata-se do rendimento médio somente daqueles que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

**Gráfico 21: Brasil, Centro-Oeste e Estados de Goiás - Rendimento médio no trabalho (Em R\$)\***

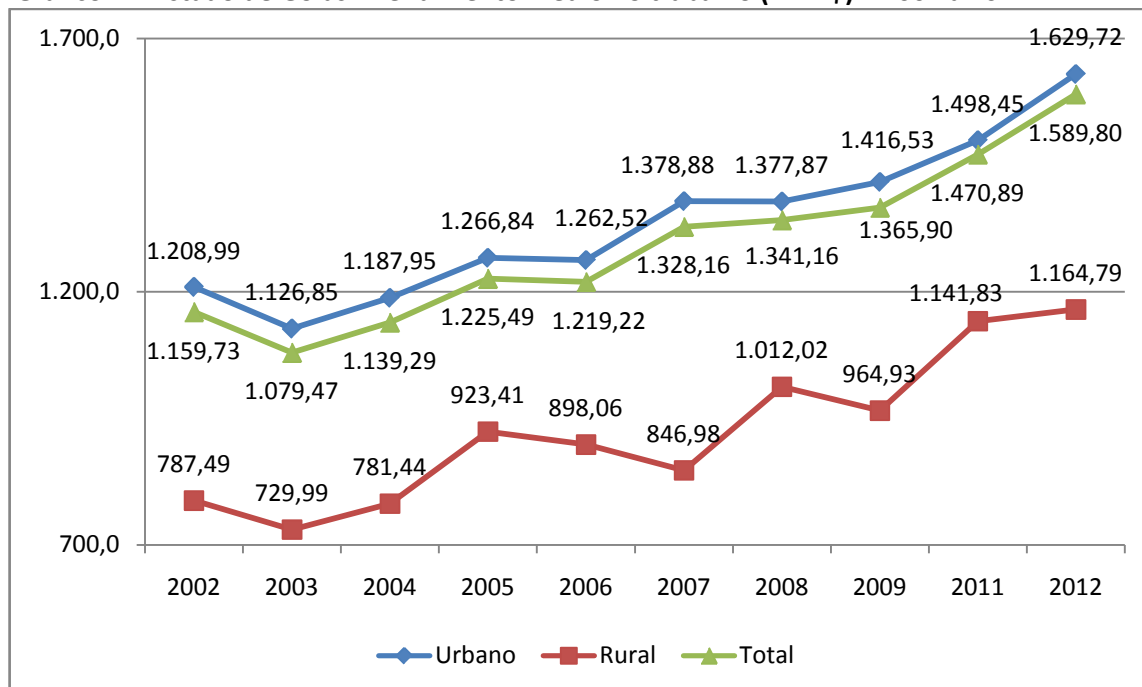


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014

\*Valores corrigidos para o ano 2012

**Gráfico 22: Estado de Goiás - Rendimento médio no trabalho (Em R\$) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

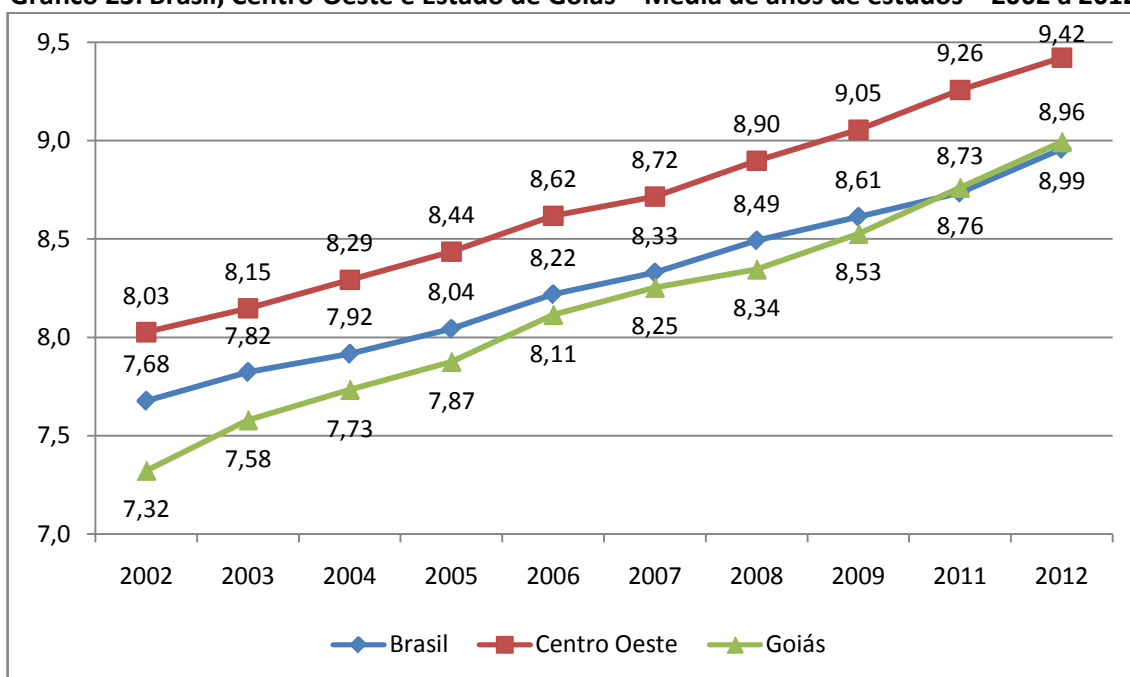
Em Goiás, no meio rural o rendimento do trabalho era de R\$ 787,49 em 2002 e de R\$ 1.164,79 em 2012, bem inferior aos trabalhadores urbanos, onde foram registrados rendimento de R\$ 1.208,99 em 2002 e R\$ 1.629,72 em 2012. Há defasagem de rendimentos não apenas em relação aos trabalhadores urbanos, no próprio Estado, mas também, em menor escala, em relação às médias rurais do Centro Oeste (R\$ 846,27 e R\$ 1.202,44), naqueles anos. A situação, entretanto, mostra vantagem em relação aos parâmetros nacionais (R\$ 575,46 em 2002 e R\$ 861,27 em 2012).

## EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, no artigo 205, considera a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família”. A educação leva ao desenvolvimento do indivíduo e ao mesmo tempo beneficia a sociedade na qual está inserido, tanto por meio do aumento do nível cultural quanto pela maior qualificação da força produtiva.

Pela observação do Gráfico 23, o Estado de Goiás, por meio da medida da média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, apresenta para 2002 e 2012 as médias de 7,32 anos e 8,99 anos respectivamente. Tais médias são menores do que a da região Centro Oeste, com 8,03 anos em 2002 e 9,42 anos em 2012. Na comparação com o Brasil, Goiás apresenta médias menores até o ano de 2011, mas ligeiramente superior no ano de 2012. Contudo, se considerar o crescimento de ponta a ponta no período, nota-se que Goiás teve desempenho (22,81%) superior ao nacional (16,67%) e ao do Centro Oeste (17,31%).

**Gráfico 23: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Média de anos de estudos – 2002 a 2012**

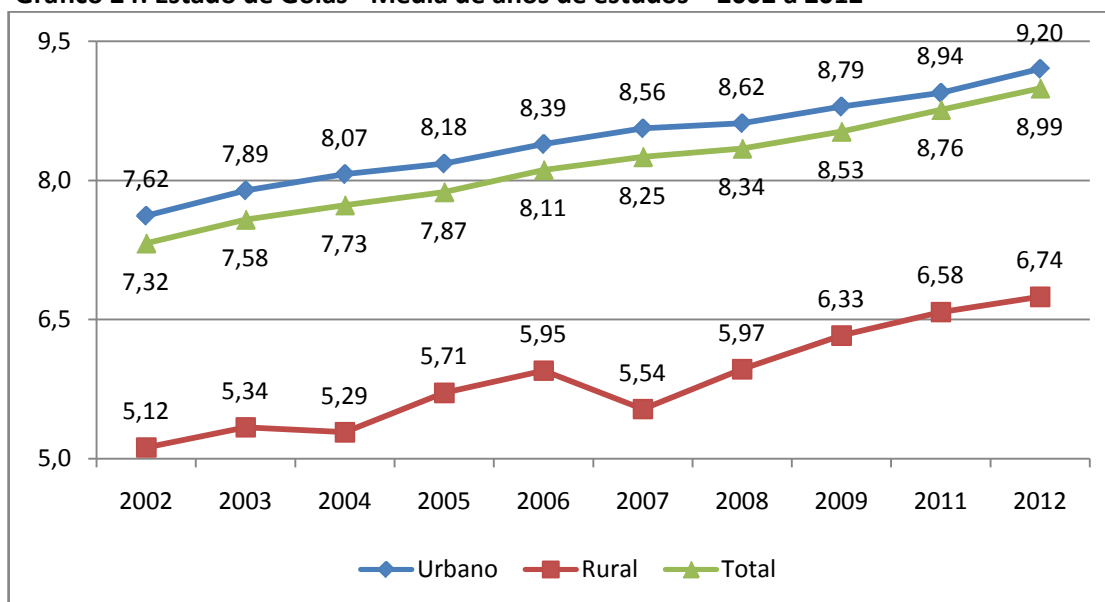


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Para as áreas urbana e rural do Estado de Goiás, pode-se constatar pelo Gráfico 24 a evolução da média de anos de estudos. A área urbana tem uma média de 9,20 anos, crescendo 20,73% entre 2002 e 2012. A área rural apresentou um crescimento de 31,64%, porém com uma média baixa de escolaridade, sendo de 6,74 anos de estudo em 2012.

**Gráfico 24: Estado de Goiás - Média de anos de estudos – 2002 a 2012**



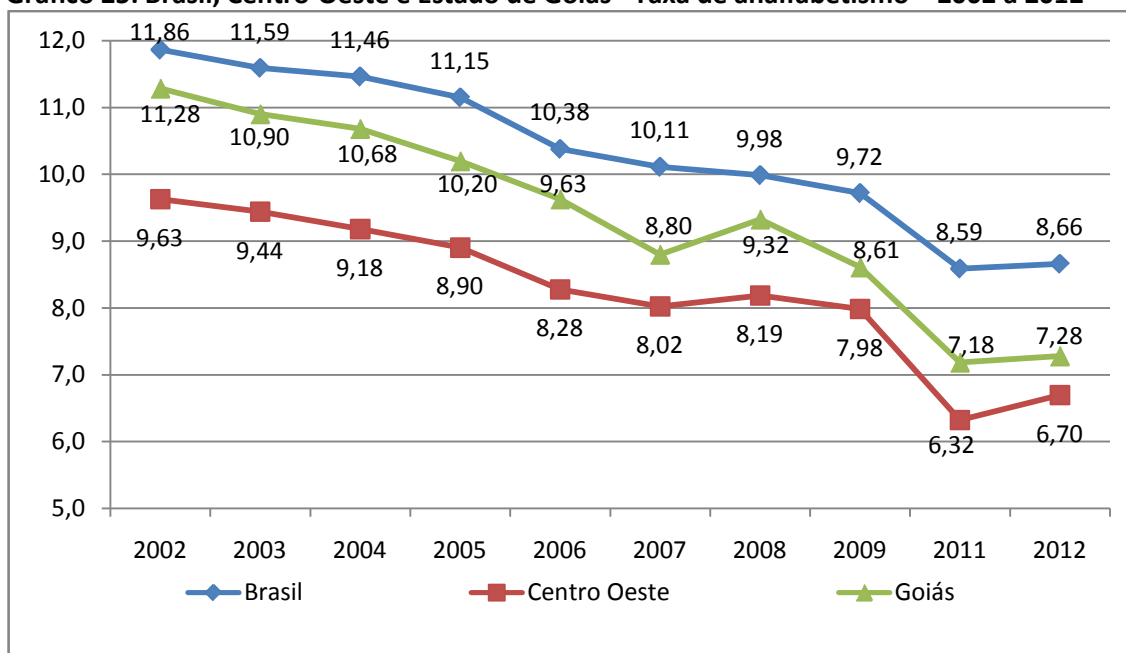
Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Outro indicador para a educação é a taxa de analfabetismo. O Gráfico 25 mostra que em 2002 a taxa de analfabetismo em Goiás era de 11,28% e chega em 2012 com um percentual de 7,28%. No Brasil, as taxas para 2002 e 2012 foram de 11,86% e 8,66%, respectivamente. A região Centro-Oeste para o mesmo período, apresentou taxas de 9,63% e 6,70%. Goiás está em uma situação favorável na comparação com o Brasil, mas desfavorável se comparado com a região Centro-Oeste. Pela análise dos Estados que compõem a região Centro-Oeste, chega-se às seguintes taxas de analfabetismo para 2012: Distrito Federal, 3,49%; Mato Grosso, 8,06% e Mato Grosso do Sul, 7,00%<sup>10</sup>. Com esta desagregação por Estado, nota-se uma influência do Distrito Federal no sentido de tornar a taxa regional baixa, já que os demais Estados estão acima da média encontrada.

<sup>10</sup> A taxa destes estados encontram-se no Anexo I

**Gráfico 25: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Taxa de analfabetismo – 2002 a 2012**

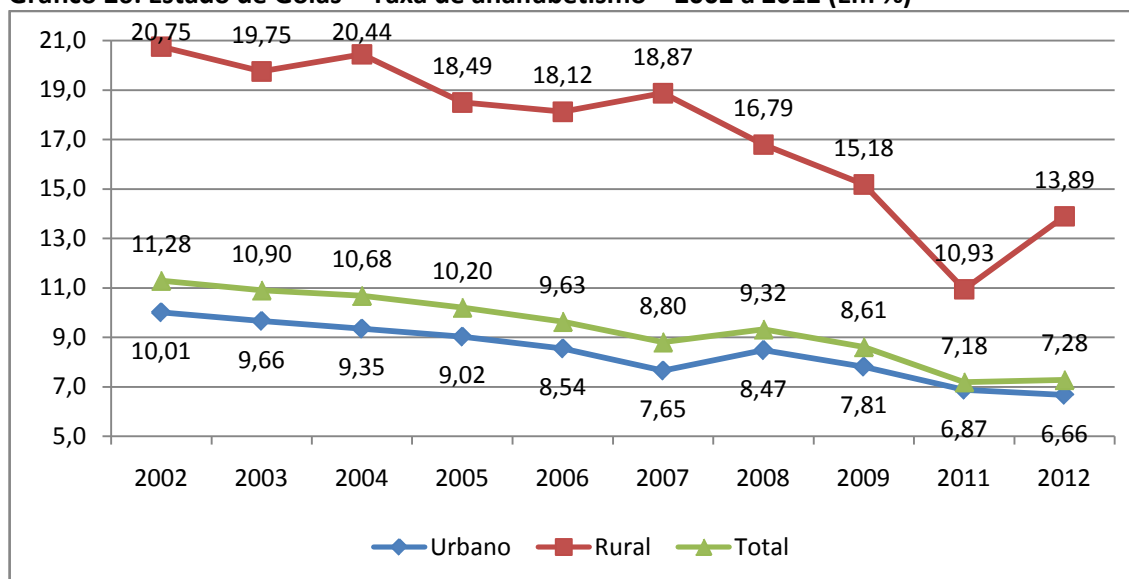


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Na análise estadual o Gráfico 26 dispõe sobre a taxa de analfabetismo na área rural e urbana. No ano de 2002 a área urbana tem uma taxa de 10,01% e em 2012 ela é de 6,66%. A situação se torna mais séria quando se focalizam os índices referentes às populações rurais de Goiás. Ainda que as tendências de queda tenham sido mais intensas nessa zona, os patamares continuam altos. A taxa de analfabetismo passou de 20,75% em 2002, para 13,89% em 2012.

**Gráfico 26: Estado de Goiás - Taxa de analfabetismo – 2002 a 2012 (Em %)**



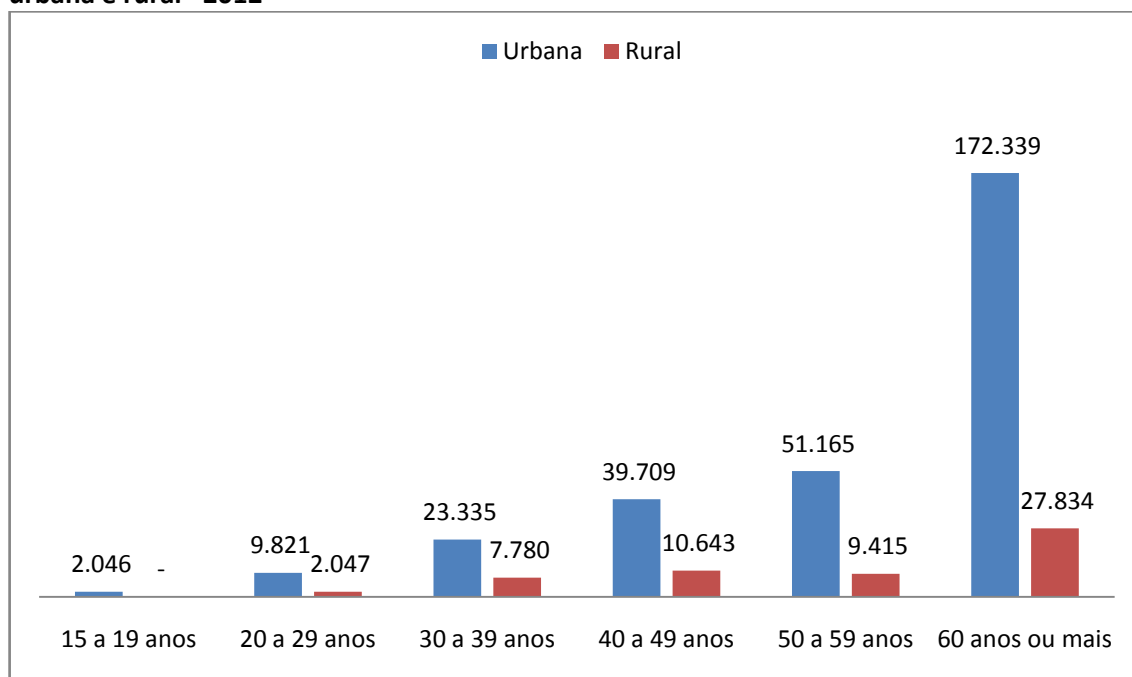
Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014



O Gráfico 27 mostra para o ano de 2012 a distribuição da taxa de analfabetismo por classes de idade. Importa destacar que a taxa de analfabetismo é relativamente maior de acordo com a maior idade da população. Tanto que a faixa de 60 anos ou mais de idade representa 58% e 48% do total de analfabetos para as áreas urbana e rural respectivamente.

**Gráfico 27 – Estado de Goiás - Distribuição do Analfabetismo por Faixa Etária nas populações urbana e rural– 2012**



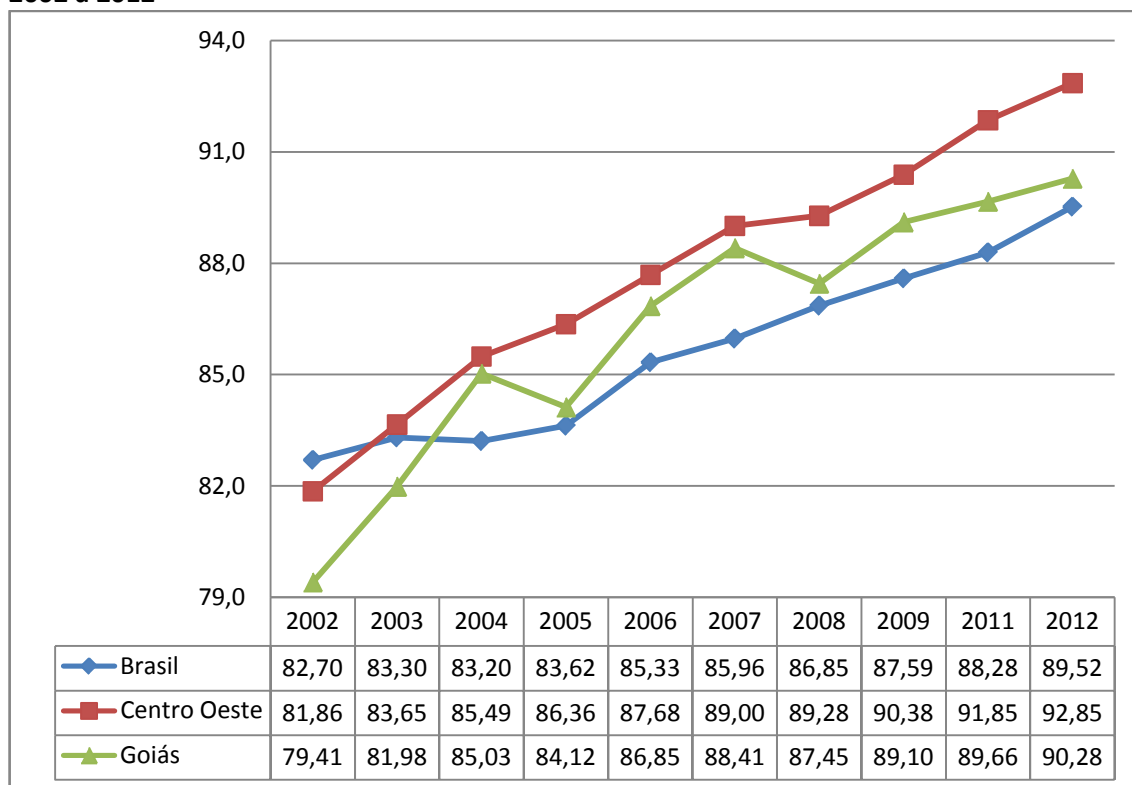
Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## SANEAMENTO E HABITAÇÃO

O crescimento econômico do Estado de Goiás proporcionou a melhoria da qualidade de vida de sua população. Com relação ao abastecimento de água no Estado é possível observar esta evolução no Gráfico 28 . O Estado passou de uma cobertura de 79,41% em 2002, para alcançar em 2012 o índice de 90,28%, ou seja, um aumento de 14%. O crescimento estadual supera no ano de 2004 a média nacional, porém permanece abaixo da média da região Centro-Oeste, que em 2012 apresenta uma taxa de 92,85%.

**Gráfico 28: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Abastecimento adequado de água (Em %) – 2002 a 2012**

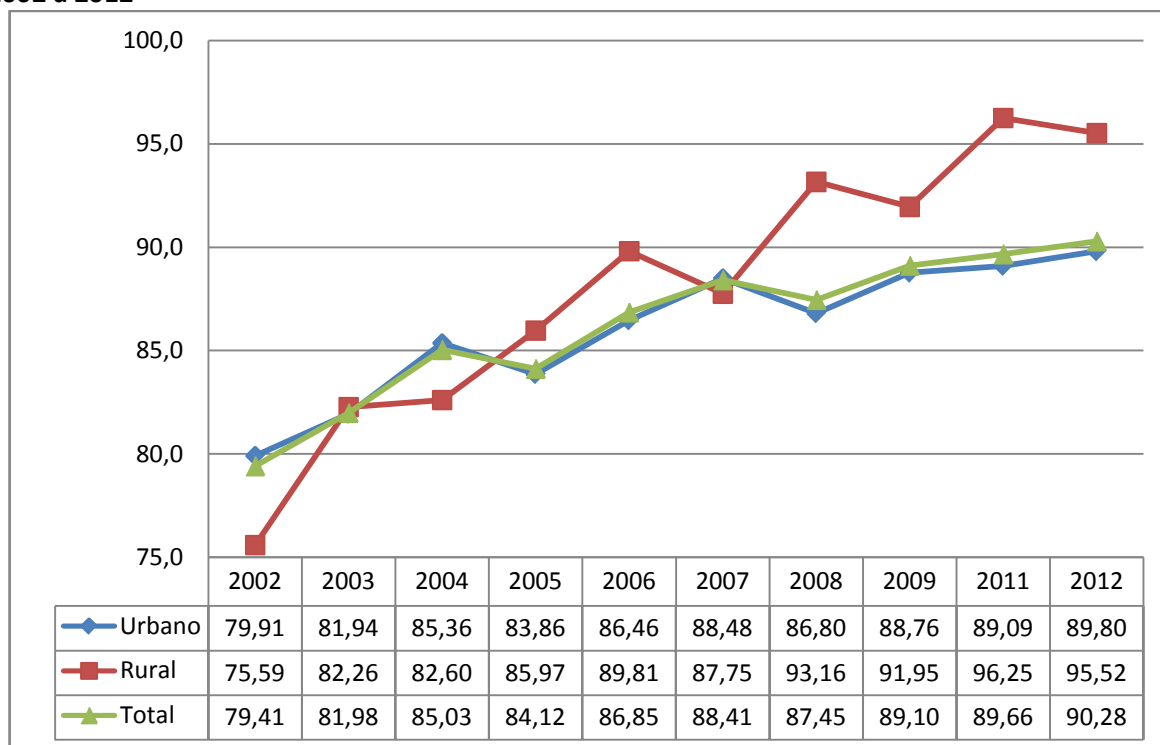


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2014

Ademais, as disparidades entre as áreas rural e urbana foram suprimidas a partir de 2005 e ao longo do período o abastecimento de água na área rural cresceu 26,37%, saindo de 75,59% em 2002 para 95,52% em 2012. A área urbana apresenta em 2012 uma cobertura de 89,8% (Gráfico 29).

**Gráfico 29: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Abastecimento adequado de água – (Em %) - 2002 a 2012**



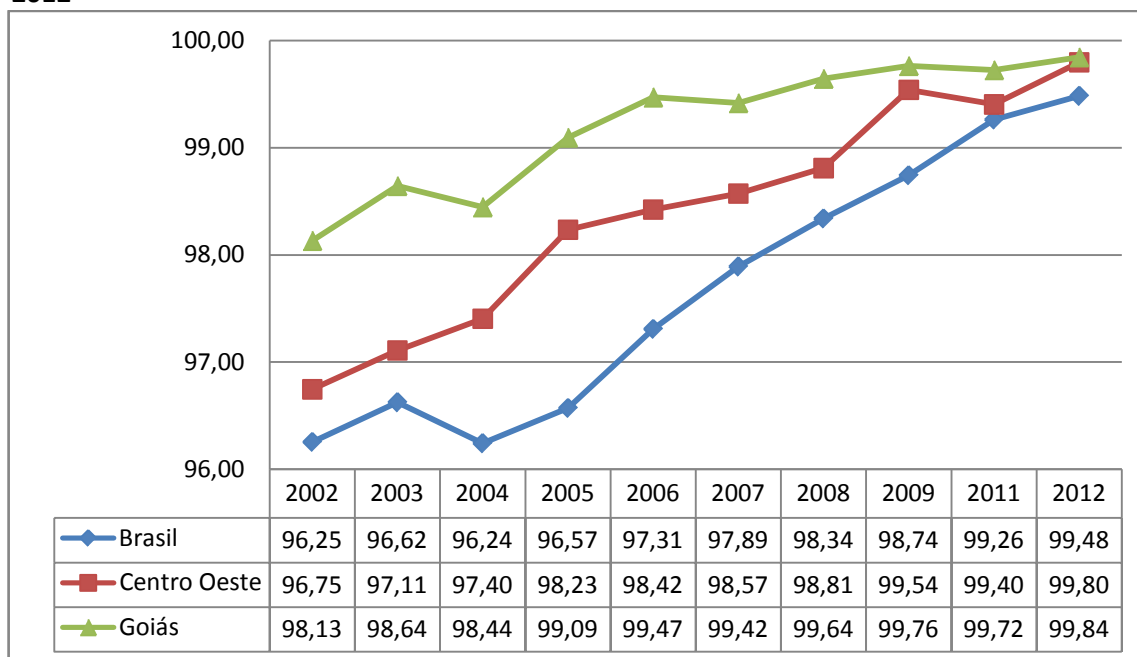
Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

O acesso à energia elétrica pela população merece destaque, pois seu fornecimento caminha para a universalização do serviço, proporcionando a melhoria da qualidade de vida.

Para o Brasil, Centro-Oeste e Goiás, as taxas de acesso para o ano de 2012 foram de 99,48%, 99,80% e 99,84% respectivamente, conforme Gráfico 30.

**Gráfico 30: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Acesso à energia elétrica - (Em %) – 2002 a 2012**

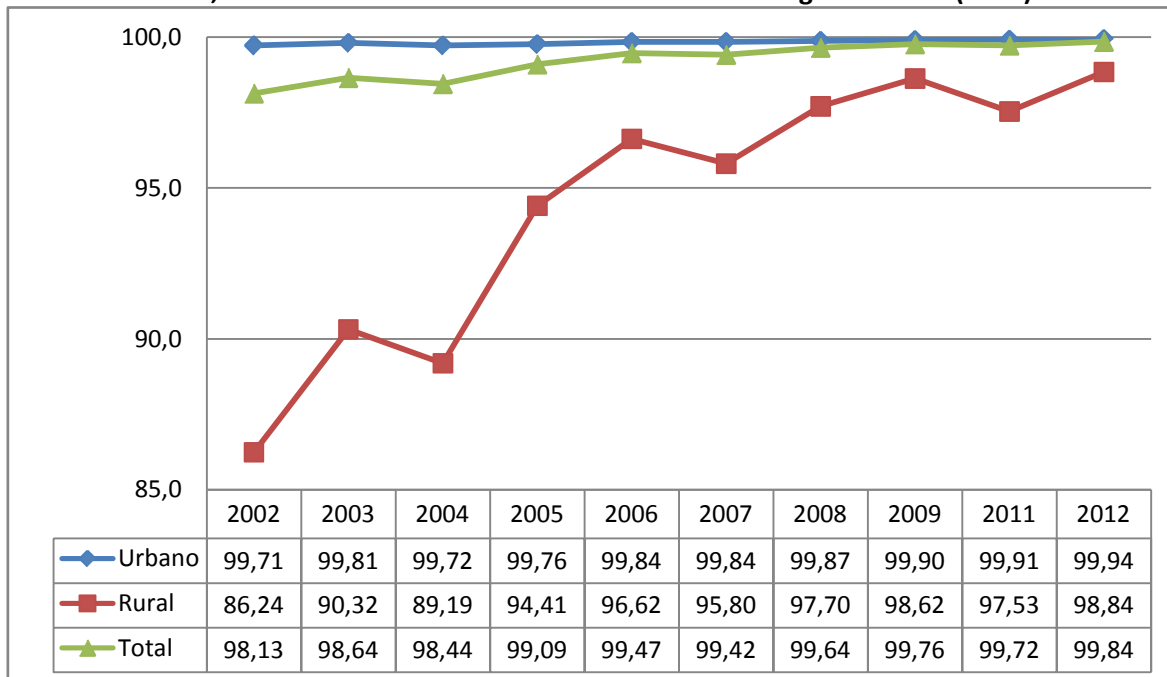


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Já na análise estadual, de acordo com os dados mostrados no Gráfico 31, há um aumento de 14,61% no fornecimento para a área rural, atingindo em 2012 a taxa de 98,84%. A área urbana tem para o mesmo ano uma taxa de 99,94%.

**Gráfico 31: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Acesso à energia elétrica - (Em%) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

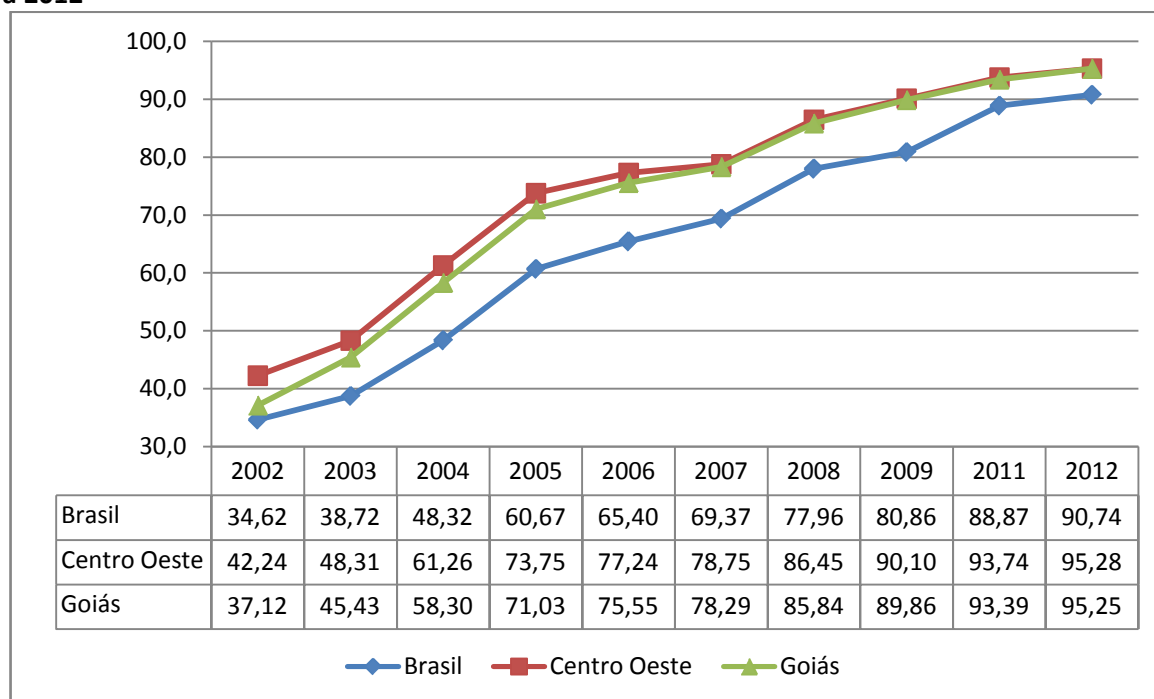
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## ACESSO A INFORMAÇÃO

Os indicadores selecionados como acesso à informação, demonstram uma expansão entre Brasil, região Centro-Oeste e Goiás, porém quando extratifica-se entre urbano e rural em Goiás identifica-se um hiato de acesso. Esse podendo ser explicado pela dificuldade de acesso às tecnologias, quando mais afastado dos centros urbanos.

Entre 2002 e 2012, no gráfico 32 observa-se um crescimento sucessivo da taxa de acesso ao telefone celular no domicílio, considerando que houvesse ao menos um morador no domicílio com posse do objeto. A taxa subiu de 34,62% para 90,74% no Brasil, e de 37,12% para 95,25% em Goiás. Esta ascensão pode-se explicar por meio do crescimento econômico e a geração de renda que permite o aumento do poder aquisitivo, além do que, no decorrer da década o custo desta tecnologia foi reduzindo-se.

**Gráfico 32: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Telefone celular no domicílio (Em R\$) – 2002 a 2012**

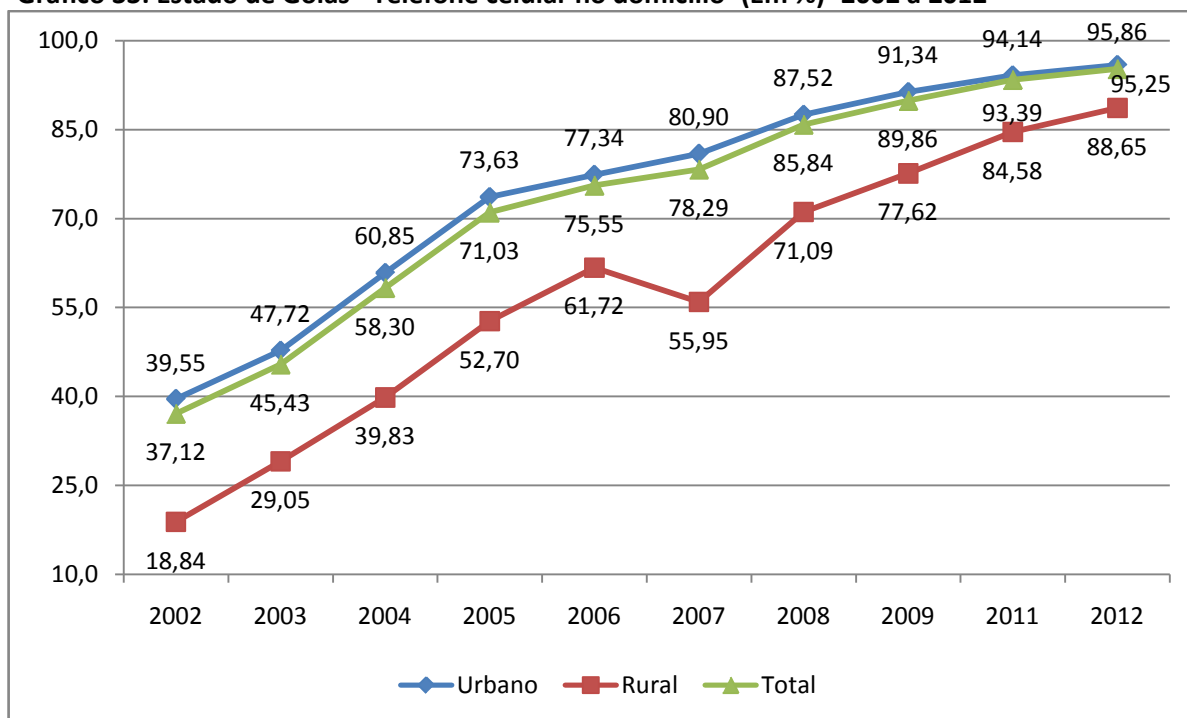


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Porém, quando extratifica Goiás entre urbano e rural, no gráfico 33, nota-se uma discrepância sobre a posse deste objeto. Em 2012, na área urbana 95,86% possuíam um celular e na área rural eram 88,65%.

**Gráfico 33: Estado de Goiás - Telefone celular no domicílio -(Em %) -2002 a 2012**

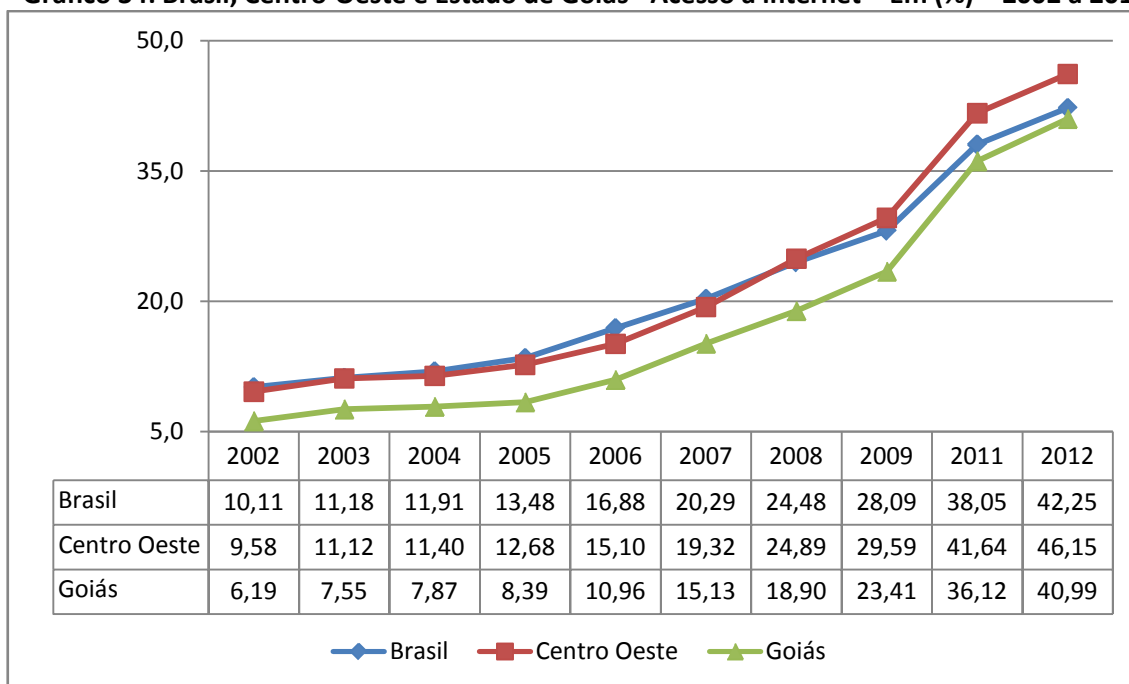


Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

Assim como para a análise do celular no domicílio, nota-se que há uma ascensão ao acesso à internet entre 2002 e 2012. Conforme gráfico 34, o Brasil sai de 10,11% para 42,25% neste período e Goiás de 6,19% para 40,99%. Porém, este produto, apesar de existir um aumento no consumo, pode ser considerado de luxo, ao qual poucos têm acesso. As estatísticas indicam que menos de 50% da população brasileira tem acesso à internet, devido ao custo elevado do benefício. A diferença de acesso em Goiás, mostrada no Gráfico 35, fica ainda mais acentuada quando comparadas as zonas urbana e rural, em 2012, respectivamente 43,87% e 9,81%

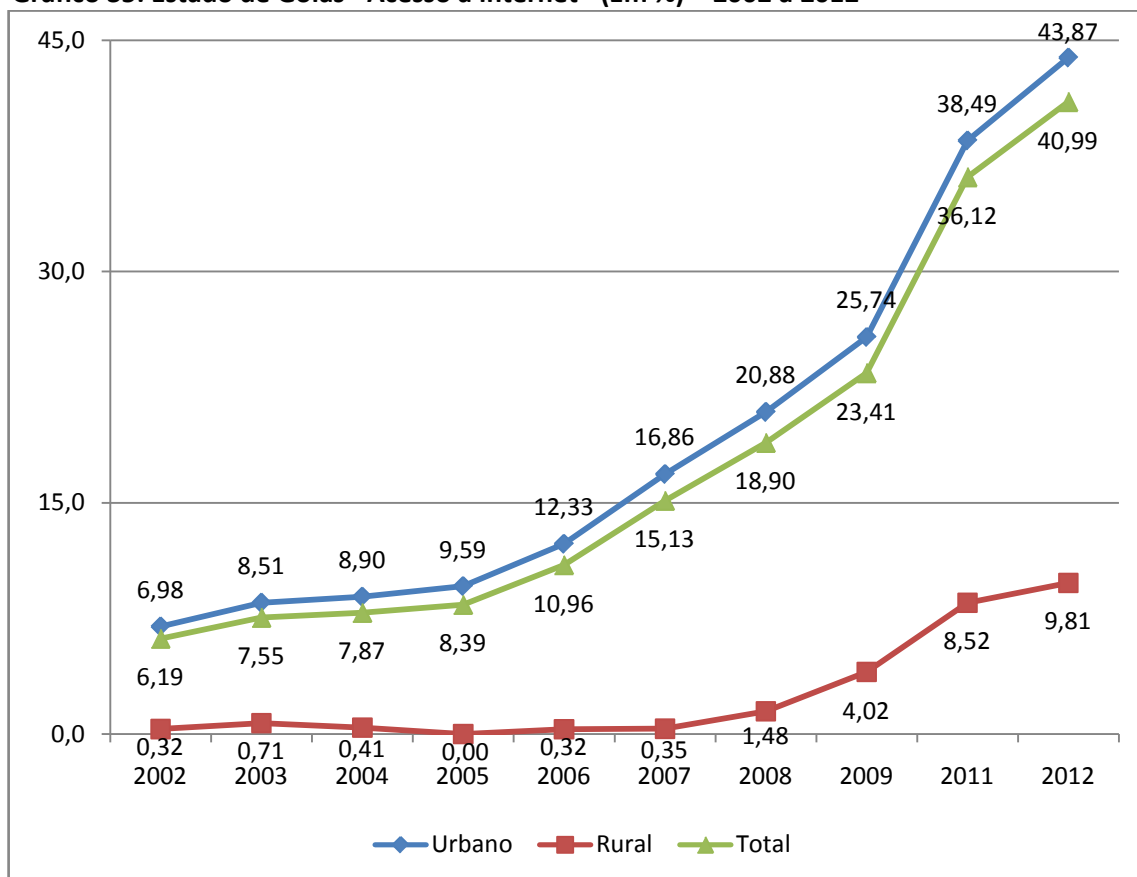
**Gráfico 34: Brasil, Centro-Oeste e Estado de Goiás - Acesso à internet – Em (%) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

**Gráfico 35: Estado de Goiás - Acesso à internet - (Em %) – 2002 a 2012**



Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais - 2014

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento econômico propicia uma melhora dos indicadores sociais. Com políticas públicas consistentes é possível distribuir recursos e minimizar desigualdades. Os índices apresentados no presente trabalho demonstram que o Estado de Goiás trilha um caminho que tem proporcionado desenvolvimento social.

Contudo, as demandas sociais são constantes e exigem dos governos um planejamento de médio e longo prazos. Os indicadores sociais do Estado de Goiás, de maneira geral, apresentaram melhorias significantes ao longo do período de análise. Deve-se destacar a importância do bônus demográfico existente e investir em alternativas para uma otimização de sua utilização, pois a tendência será o envelhecimento da população sem uma reposição adequada da mão de obra.

Áreas como saúde e educação, que são demandas sociais básicas, apresentaram evolução positiva ao longo do período analisado, com exceção da taxa de homicídios masculina, que cresce relacionada ao aumento da população.

O trabalho efetuou comparações de índices entre Goiás, Brasil e Região Centro-Oeste e também entre as áreas rural e urbana do Estado. Esta análise entre rural e urbano é necessária para um Estado com elevada participação do setor agropecuário como Goiás, pois diferenças acentuadas podem gerar conflitos sociais ao longo do tempo, além disso, esta desagregação proporciona uma fonte de dados útil para o formulador de políticas públicas.

A maior contribuição do trabalho não está em comparar indicadores dos entes federativos e apontar qual está em melhor situação, mas sim, buscar compreender porque determinado indicador está melhor e quais as políticas adotadas para que tal fato aconteça. Afinal, diminuir as desigualdades sociais existentes exige a coordenação e articulação entre políticas regionais e nacionais.



## REFERÊNCIAS

BARUFI, A.A.B. **Dimensões regionais da mortalidade infantil no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-26022010-093526/pt-br.php>>

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A.A.; MELLO, J.L. e. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade social**. Texto de discussão nº 1066. IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1066.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1066.pdf)>

BRASIL. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

CAMARANO, A.A.; KANSO, S.; FERNANDES, S. **Envelhecimento Populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011**. Texto de discussão 1890. IPEA. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2171/1/TD\\_1890.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2171/1/TD_1890.pdf)>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas**. 2009.

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. **Características do Emprego Formal em Goiás, segundo a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) – 2012**. Fevereiro 2014

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. **Dinâmica Populacional: Características e Discrepâncias do Bônus Demográfico em Goiás**. Dezembro 2013. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/dinamica\\_populacional\\_caracteristicas\\_e\\_discrepancias\\_do\\_bonus\\_demografico\\_em\\_goiias.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/dinamica_populacional_caracteristicas_e_discrepancias_do_bonus_demografico_em_goiias.pdf)>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Nº 155. Setembro 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Situação Social nos Estados – Goiás**. 2012

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011**. Número 157. 2012

PASINATO, M. T. DE M.; KORNIS, G.E.M. **Cuidados de Longa duração para idosos: um risco para os sistemas de seguridade social**. Texto de Discussão nº 1371, IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1371.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1371.pdf)>. Acesso: 21/05/2014.

SILVA, M.O. da S.e. **Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/165>>

WAISELFISZ, J.J. **Homicídios e Juventude no Brasil – Mapa da Violência 2013**. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)>

# ANEXOS

## ANEXO 1

### Dados Estatísticos

TABELA 1

#### Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
População Residente	Brasil	Urbano	145.567.655	147.795.677	150.122.581	151.485.320	155.766.427	155.680.917	157.961.193	160.004.791	165.469.037	166.693.728	
		Rural	27.443.250	27.578.509	31.332.091	32.193.964	31.190.411	31.894.510	31.579.265	31.470.842	29.309.893	29.817.539	
		<b>Total</b>	<b>173.010.905</b>	<b>175.374.186</b>	<b>181.454.672</b>	<b>183.679.284</b>	<b>186.956.838</b>	<b>187.575.427</b>	<b>189.540.458</b>	<b>191.475.633</b>	<b>194.778.930</b>	<b>196.511.267</b>	
	Centro Oeste	Urbano	10.889.778	10.981.432	11.202.658	11.400.042	11.487.947	11.917.154	12.239.405	12.454.827	13.225.028	13.300.341	
		Rural	1.577.339	1.764.711	1.783.960	1.847.725	1.819.629	1.809.685	1.714.155	1.704.967	1.335.591	1.457.791	
		<b>Total</b>	<b>12.467.117</b>	<b>12.746.143</b>	<b>12.986.618</b>	<b>13.247.767</b>	<b>13.307.576</b>	<b>13.726.839</b>	<b>13.953.560</b>	<b>14.159.794</b>	<b>14.560.619</b>	<b>14.758.132</b>	
	Goiás	Urbano	4.716.632	4.788.472	4.888.137	4.965.942	5.092.265	5.256.344	5.347.534	5.395.384	5.688.204	5.758.530	
		Rural	628.439	669.280	675.233	706.293	656.991	614.242	608.168	649.708	488.189	530.086	
		<b>Total</b>	<b>5.345.071</b>	<b>5.457.752</b>	<b>5.563.370</b>	<b>5.672.235</b>	<b>5.749.256</b>	<b>5.870.586</b>	<b>5.955.702</b>	<b>6.045.092</b>	<b>6.176.393</b>	<b>6.288.616</b>	
	Taxa de fecundidade	Brasil	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			<b>Total</b>	<b>2,12</b>	<b>2,07</b>	<b>2,03</b>	<b>1,99</b>	<b>1,94</b>	<b>1,90</b>	<b>1,86</b>	<b>1,84</b>	<b>1,78</b>	-
Centro Oeste		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>Total</b>	<b>2,07</b>	<b>2,04</b>	<b>2,03</b>	<b>2,00</b>	<b>1,95</b>	<b>1,90</b>	<b>1,86</b>	<b>1,84</b>	<b>1,79</b>	-	
Goiás		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>Total</b>	<b>2,04</b>	<b>2,01</b>	<b>1,97</b>	<b>1,95</b>	<b>1,90</b>	<b>1,85</b>	<b>1,79</b>	<b>1,77</b>	<b>1,73</b>	-	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Razão de dependência demográfica jovens (0 a 15 anos)	Brasil	Urbano	40,8	39,6	38,8	37,5	36,6	35,7	34,3	33,6	32,0	31,3	
		Rural	53,2	51,3	52,5	51,3	49,2	47,8	46,1	44,5	42,8	40,9	
		<b>Total</b>	<b>42,7</b>	<b>41,3</b>	<b>41,0</b>	<b>39,7</b>	<b>38,5</b>	<b>37,6</b>	<b>36,1</b>	<b>35,3</b>	<b>33,5</b>	<b>32,6</b>	
	Centro Oeste	Urbano	44,1	42,5	41,5	40,6	39,1	37,8	37,2	36,4	36,4	32,9	32,4
		Rural	46,3	47,3	47,4	45,6	45,1	41,6	40,2	40,2	37,3	40,1	37,4
		<b>Total</b>	<b>44,4</b>	<b>43,1</b>	<b>42,3</b>	<b>41,2</b>	<b>39,9</b>	<b>38,3</b>	<b>37,5</b>	<b>36,5</b>	<b>36,5</b>	<b>33,6</b>	<b>32,9</b>
	Goiás	Urbano	43,3	42,5	40,5	40,6	38,5	36,7	37,3	37,3	36,7	32,4	31,6
		Rural	42,2	41,0	42,2	41,1	39,1	39,7	37,4	37,4	35,4	36,6	30,6
		<b>Total</b>	<b>43,2</b>	<b>42,3</b>	<b>40,7</b>	<b>40,6</b>	<b>38,6</b>	<b>37,0</b>	<b>37,3</b>	<b>37,3</b>	<b>36,5</b>	<b>32,7</b>	<b>31,6</b>
Razão de dependência demográfica idosos (60 anos ou mais)	Brasil	Urbano	13,0	13,3	13,4	13,7	13,9	14,2	14,9	15,1	15,8	16,5	
		Rural	15,2	15,4	15,0	14,6	15,5	15,9	16,3	16,7	16,7	18,2	18,5
		<b>Total</b>	<b>13,3</b>	<b>13,6</b>	<b>13,7</b>	<b>13,8</b>	<b>14,1</b>	<b>14,5</b>	<b>15,1</b>	<b>15,1</b>	<b>15,3</b>	<b>16,1</b>	<b>16,8</b>
	Centro Oeste	Urbano	10,1	10,6	10,7	11,0	11,1	11,5	12,2	12,2	12,6	13,3	13,8
		Rural	12,3	11,3	12,3	11,8	13,6	14,8	15,5	15,5	15,7	14,7	18,7
		<b>Total</b>	<b>10,4</b>	<b>10,7</b>	<b>10,9</b>	<b>11,1</b>	<b>11,4</b>	<b>11,9</b>	<b>12,6</b>	<b>12,6</b>	<b>12,9</b>	<b>13,4</b>	<b>14,3</b>
	Goiás	Urbano	11,0	11,0	11,6	11,5	11,6	12,0	13,1	13,1	13,3	14,0	14,5
		Rural	12,7	13,4	15,4	15,5	16,2	16,9	18,9	18,9	16,1	17,1	21,3
		<b>Total</b>	<b>11,2</b>	<b>11,3</b>	<b>12,0</b>	<b>12,0</b>	<b>12,1</b>	<b>12,5</b>	<b>13,7</b>	<b>13,7</b>	<b>13,6</b>	<b>14,2</b>	<b>15,0</b>
Saldo Migratório	Brasil	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>1 Total</b>	<b>131.329</b>	<b>147.265</b>	<b>157.396</b>	<b>153.103</b>	<b>205.709</b>	<b>130.353</b>	<b>130.409</b>	<b>195.489</b>	<b>222.419</b>	<b>249.655</b>	
	Centro Oeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>225.962</b>	<b>269.983</b>	<b>238.254</b>	<b>250.165</b>	<b>169.338</b>	<b>147.537</b>	<b>80.121</b>	<b>165.531</b>	<b>283.210</b>	<b>223.436</b>	
	Goiás	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>145.616</b>	<b>135.882</b>	<b>151.434</b>	<b>148.456</b>	<b>82.552</b>	<b>97.643</b>	<b>110.392</b>	<b>141.852</b>	<b>179.757</b>	<b>214.008</b>	

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE, Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

1. Somente imigração de países estrangeiros

TABELA 2  
Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Cobertura previdenciária da população idosa	Brasil	Urbano	76,08	76,17	75,78	76,47	75,17	74,79	75,48	75,57	74,91	74,64
		Rural	85,25	86,44	84,85	85,15	84,38	82,60	85,65	86,24	86,60	85,49
		<b>Total</b>	<b>77,63</b>	<b>77,88</b>	<b>77,36</b>	<b>77,96</b>	<b>76,73</b>	<b>76,15</b>	<b>77,19</b>	<b>77,35</b>	<b>76,76</b>	<b>76,35</b>
	Centro Oeste	Urbano	68,90	68,76	64,84	67,02	64,34	65,12	65,04	66,01	67,95	66,77
		Rural	67,69	66,90	70,29	68,77	70,79	66,97	74,68	72,84	77,28	75,74
		<b>Total</b>	<b>68,72</b>	<b>68,50</b>	<b>65,66</b>	<b>67,27</b>	<b>65,35</b>	<b>65,41</b>	<b>66,48</b>	<b>67,01</b>	<b>68,84</b>	<b>67,89</b>
	Goiás	Urbano	71,81	71,31	66,61	69,09	64,42	66,39	68,97	67,14	68,52	71,75
		Rural	67,06	72,58	68,25	67,54	75,45	63,51	75,65	74,19	80,27	78,20
		<b>Total</b>	<b>71,17</b>	<b>71,50</b>	<b>66,86</b>	<b>68,84</b>	<b>66,09</b>	<b>65,99</b>	<b>69,91</b>	<b>68,05</b>	<b>69,60</b>	<b>72,53</b>
Percentual de população economicamente ativa (PEA) que são contribuintes da previdência sobre o total da PEA.	Brasil	Urbano	46,86	47,54	48,57	49,12	50,68	52,33	54,03	54,47	60,31	61,70
		Rural	14,91	15,97	16,62	17,44	19,10	20,68	22,53	23,91	23,85	26,34
		<b>Total</b>	<b>41,28</b>	<b>42,12</b>	<b>42,60</b>	<b>43,13</b>	<b>45,03</b>	<b>46,67</b>	<b>48,61</b>	<b>49,32</b>	<b>54,79</b>	<b>56,37</b>
	Centro Oeste	Urbano	45,02	46,96	46,72	49,06	49,75	50,84	52,03	53,77	60,82	63,53
		Rural	22,41	22,31	25,73	25,18	26,93	28,43	29,92	30,44	37,85	40,86
		<b>Total</b>	<b>41,84</b>	<b>43,35</b>	<b>43,59</b>	<b>45,37</b>	<b>46,35</b>	<b>47,76</b>	<b>49,16</b>	<b>50,78</b>	<b>58,71</b>	<b>61,28</b>
	Goiás	Urbano	41,72	43,30	43,03	45,38	46,74	48,35	48,56	50,49	56,39	59,72
		Rural	21,13	21,07	26,71	24,15	26,08	28,32	26,51	26,06	37,07	39,03
		<b>Total</b>	<b>38,96</b>	<b>40,33</b>	<b>40,88</b>	<b>42,53</b>	<b>44,14</b>	<b>46,18</b>	<b>46,02</b>	<b>47,53</b>	<b>54,78</b>	<b>57,88</b>
Esperança de vida aos 60 anos	Brasil	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>19,59</b>	<b>19,80</b>	<b>20,01</b>	<b>20,22</b>	<b>20,43</b>	<b>20,64</b>	<b>20,84</b>	<b>21,04</b>	<b>21,41</b>	<b>21,58</b>
	Centro Oeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>21,02</b>	<b>21,20</b>	<b>21,38</b>	<b>21,55</b>	<b>21,73</b>	<b>21,90</b>	<b>22,07</b>	<b>22,23</b>	<b>22,55</b>	<b>22,70</b>
	Goiás	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>19,78</b>	<b>19,90</b>	<b>20,01</b>	<b>20,12</b>	<b>20,23</b>	<b>20,34</b>	<b>20,46</b>	<b>20,57</b>	<b>20,76</b>	<b>20,85</b>

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Percentual das transferências sobre a renda	Brasil	Urbano	18,19	19,02	19,11	19,55	21,01	18,92	19,23	19,64	19,18	19,33	
		Rural	23,52	24,05	24,54	25,58	27,45	23,92	23,38	24,23	24,74	25,16	
		<b>Total</b>	<b>18,53</b>	<b>19,34</b>	<b>19,64</b>	<b>17,09</b>	<b>22,76</b>	<b>19,53</b>	<b>19,92</b>	<b>22,30</b>	<b>19,90</b>	<b>20,23</b>	
	Centro Oeste	Urbano	12,87	15,22	13,06	13,04	14,18	14,80	14,28	14,28	14,71	14,38	15,10
		Rural	14,66	15,10	12,54	12,89	13,79	16,24	14,25	14,25	14,03	13,17	14,29
		<b>Total</b>	<b>12,87</b>	<b>13,73</b>	<b>13,02</b>	<b>14,14</b>	<b>15,20</b>	<b>13,98</b>	<b>14,70</b>	<b>14,92</b>	<b>14,62</b>	<b>14,62</b>	<b>15,36</b>
	Goiás	Urbano	13,70	12,75	13,27	14,18	14,93	12,48	14,84	14,07	13,83	15,41	
		Rural	14,33	16,72	16,73	16,73	19,71	22,32	24,78	19,14	21,27	22,82	
		<b>Total</b>	<b>13,75</b>	<b>13,06</b>	<b>13,53</b>	<b>14,40</b>	<b>15,34</b>	<b>13,07</b>	<b>15,56</b>	<b>14,45</b>	<b>14,27</b>	<b>15,88</b>	

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

### TABELA 3

#### Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Extrema pobreza	Brasil	Urbano	8,2	9,0	6,3	5,1	4,1	4,2	3,4	3,6	3,1	2,6	
		Rural	23,5	23,8	20,2	18,0	16,5	14,1	12,8	12,3	11,8	9,9	
		<b>Total</b>	<b>10,6</b>	<b>11,3</b>	<b>8,7</b>	<b>7,4</b>	<b>6,2</b>	<b>5,9</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>4,4</b>	<b>3,7</b>	
	Centro Oeste	Urbano	6,3	6,4	4,0	3,9	2,7	2,6	2,8	2,8	2,6	1,9	1,6
		Rural	12,8	12,7	7,8	7,7	6,6	5,3	3,8	5,3	5,3	2,0	2,6
		<b>Total</b>	<b>7,1</b>	<b>7,3</b>	<b>4,5</b>	<b>4,4</b>	<b>3,2</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,9</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>
	Goiás	Urbano	6,6	6,6	3,5	4,0	2,6	2,7	3,0	3,1	3,1	2,2	1,7
		Rural	11,5	12,3	5,4	6,2	4,1	6,8	2,9	3,4	3,4	0,5	1,4
		<b>Total</b>	<b>7,2</b>	<b>7,3</b>	<b>3,7</b>	<b>4,3</b>	<b>2,8</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>	<b>2,1</b>	<b>1,7</b>

(continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Renda domiciliar per capita (R\$) deflacionado	Brasil	Urbano	657	604	637	675	735	753	792	814	859	920	
		Rural	246	255	271	280	310	330	349	368	400	426	
		<b>Total</b>	<b>599</b>	<b>554</b>	<b>578</b>	<b>610</b>	<b>666</b>	<b>685</b>	<b>722</b>	<b>744</b>	<b>744</b>	<b>790</b>	<b>847</b>
	Centro Oeste	Urbano	797	725	783	817	891	973	1.018	1.021	1.021	1.082	1.147
		Rural	370	334	383	422	452	459	488	488	519	568	630
		<b>Total</b>	<b>746</b>	<b>674</b>	<b>732</b>	<b>764</b>	<b>834</b>	<b>910</b>	<b>957</b>	<b>957</b>	<b>964</b>	<b>1.036</b>	<b>1.097</b>
	Goiás	Urbano	597	554	615	648	660	741	761	761	775	830	918
		Rural	363	329	376	434	480	406	528	528	520	605	672
		<b>Total</b>	<b>569</b>	<b>526</b>	<b>586</b>	<b>621</b>	<b>640</b>	<b>706</b>	<b>738</b>	<b>738</b>	<b>748</b>	<b>812</b>	<b>896</b>
Índice de Gini	Brasil	Urbano	58,3	57,9	56,1	55,8	55,1	54,4	53,5	53,2	52,0	51,9	
		Rural	52,4	54,2	52,0	50,5	50,1	51,0	49,7	49,0	50,1	49,5	
		<b>Total</b>	<b>59,4</b>	<b>58,9</b>	<b>57,2</b>	<b>56,9</b>	<b>56,2</b>	<b>55,5</b>	<b>54,5</b>	<b>54,5</b>	<b>54,1</b>	<b>53,0</b>	<b>52,9</b>
	Centro Oeste	Urbano	59,9	58,2	57,2	57,4	55,8	57,3	56,5	56,5	55,6	53,5	52,8
		Rural	52,7	51,6	49,8	51,6	50,1	47,7	47,2	47,2	47,6	44,4	45,1
		<b>Total</b>	<b>60,0</b>	<b>58,5</b>	<b>57,3</b>	<b>57,5</b>	<b>56,0</b>	<b>57,4</b>	<b>56,5</b>	<b>56,5</b>	<b>55,6</b>	<b>53,4</b>	<b>52,8</b>
	Goiás	Urbano	55,7	53,2	53,3	55,2	50,3	51,9	51,9	50,3	47,8	47,7	
		Rural	53,1	50,3	48,6	53,4	51,1	47,2	47,2	47,8	45,6	44,6	
		<b>Total</b>	<b>55,9</b>	<b>53,1</b>	<b>53,3</b>	<b>55,4</b>	<b>50,7</b>	<b>52,2</b>	<b>52,2</b>	<b>50,4</b>	<b>47,8</b>	<b>47,7</b>	

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

TABELA 4  
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Taxa de mortalidade infantil	Brasil	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>Total</b>	<b>23,4</b>	<b>22,5</b>	<b>21,5</b>	<b>20,4</b>	<b>19,6</b>	<b>18,6</b>	<b>17,7</b>	<b>16,8</b>	<b>15,3</b>	-	
	Centro Oeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>20,6</b>	<b>20,3</b>	<b>19,7</b>	<b>19,3</b>	<b>18,5</b>	<b>17,7</b>	<b>17,1</b>	<b>16,4</b>	<b>15,5</b>	-	
	Goiás	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>20,7</b>	<b>20,7</b>	<b>19,9</b>	<b>19,1</b>	<b>18,5</b>	<b>17,8</b>	<b>16,7</b>	<b>15,8</b>	<b>16,1</b>	-	
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	Brasil	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		<b>Total</b>	<b>105,7</b>	<b>108,4</b>	<b>100,2</b>	<b>96,4</b>	<b>98,9</b>	<b>94,3</b>	<b>100,1</b>	<b>101,2</b>	<b>100,5</b>	-	
	Centro Oeste	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>95,0</b>	<b>97,3</b>	<b>96,9</b>	<b>94,9</b>	<b>99,1</b>	<b>96,5</b>	<b>108,5</b>	<b>112,0</b>	<b>114,7</b>	-	
	Goiás	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>85,3</b>	<b>83,8</b>	<b>94,8</b>	<b>95,4</b>	<b>97,8</b>	<b>96,5</b>	<b>113,1</b>	<b>112,9</b>	<b>131,3</b>	-	
Mato Grosso do Sul	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<b>Total</b>	<b>94,1</b>	<b>104,6</b>	<b>95,0</b>	<b>88,1</b>	<b>92,3</b>	<b>95,3</b>	<b>97,6</b>	<b>100,3</b>	<b>81,2</b>	-		
Mato Grosso	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<b>Total</b>	<b>96,4</b>	<b>92,6</b>	<b>85,8</b>	<b>89,3</b>	<b>96,5</b>	<b>78,1</b>	<b>90,8</b>	<b>98,5</b>	<b>99,7</b>	-		
Distrito Federal	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<b>Total</b>	<b>116,6</b>	<b>126,9</b>	<b>116,4</b>	<b>106,5</b>	<b>111,9</b>	<b>120,9</b>	<b>129,9</b>	<b>137,3</b>	<b>125,6</b>	-		

Fonte: Ripsa/MS.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

TABELA 5

## Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Taxa de desemprego	Brasil	Urbano	10,24	10,96	10,04	10,48	9,37	8,99	7,84	9,10	7,25	6,60
		Rural	2,50	2,53	2,68	2,84	3,06	2,91	2,50	3,19	2,54	2,82
		<b>Total</b>	<b>8,96</b>	<b>9,58</b>	<b>8,73</b>	<b>9,10</b>	<b>8,29</b>	<b>7,95</b>	<b>6,95</b>	<b>8,13</b>	<b>6,56</b>	<b>6,05</b>
	Centro Oeste	Urbano	8,80	9,62	8,75	10,27	8,90	8,54	7,88	8,22	6,08	5,42
		Rural	2,13	1,87	2,56	2,67	2,90	2,68	2,04	3,03	1,51	1,52
		<b>Total</b>	<b>7,89</b>	<b>8,50</b>	<b>7,85</b>	<b>9,13</b>	<b>8,03</b>	<b>7,74</b>	<b>7,13</b>	<b>7,57</b>	<b>5,67</b>	<b>5,03</b>
	Goiás	Urbano	7,09	8,75	7,84	9,77	7,58	8,10	7,10	7,96	4,90	4,85
		Rural	1,58	1,55	1,90	2,49	2,18	1,38	1,60	2,86	0,62	1,12
		<b>Total</b>	<b>6,37</b>	<b>7,80</b>	<b>7,07</b>	<b>8,80</b>	<b>6,90</b>	<b>7,37</b>	<b>6,47</b>	<b>7,35</b>	<b>4,54</b>	<b>4,52</b>
Taxa de participação PEA 16 anos ou + / total pop 16 anos ou +	Brasil	Urbano	67,46	67,58	68,11	68,87	68,77	68,54	68,69	68,89	66,81	66,67
		Rural	76,98	76,78	77,68	78,12	77,14	75,38	74,57	74,00	70,06	68,73
		<b>Total</b>	<b>68,87</b>	<b>68,93</b>	<b>69,64</b>	<b>70,37</b>	<b>70,06</b>	<b>69,62</b>	<b>69,61</b>	<b>69,67</b>	<b>67,27</b>	<b>66,96</b>
	Centro Oeste	Urbano	62,36	61,60	63,58	62,73	62,90	64,29	65,12	65,02	65,17	65,19
		Rural	60,22	57,96	61,63	60,93	64,52	60,80	63,05	63,77	63,86	63,43
		<b>Total</b>	<b>62,10</b>	<b>61,11</b>	<b>63,32</b>	<b>62,48</b>	<b>63,11</b>	<b>63,85</b>	<b>64,87</b>	<b>64,87</b>	<b>65,06</b>	<b>65,02</b>
	Goiás	Urbano	62,43	61,87	63,84	62,62	63,04	64,81	65,34	65,36	65,09	64,37
		Rural	61,46	59,09	63,81	60,55	66,89	60,29	64,75	67,66	65,31	64,48
		<b>Total</b>	<b>62,31</b>	<b>61,53</b>	<b>63,83</b>	<b>62,36</b>	<b>63,48</b>	<b>64,35</b>	<b>65,28</b>	<b>65,61</b>	<b>65,11</b>	<b>64,38</b>

(Continua)



(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Rendimento Médio do trabalho (R\$) deflacionado 2012	Brasil	Urbano	1.355,76	1.367,50	1.364,30	1.437,12	1.511,75	1.514,97	1.572,23	1.637,36	1.753,11	1.672,84
		Rural	575,46	650,09	676,70	689,01	722,37	759,64	786,81	830,80	913,04	861,28
		<b>Total</b>	<b>1.253,04</b>	<b>1.270,43</b>	<b>1.259,75</b>	<b>1.322,04</b>	<b>1.391,23</b>	<b>1.404,89</b>	<b>1.458,27</b>	<b>1.520,29</b>	<b>1.640,91</b>	<b>1.565,88</b>
	Centro Oeste	Urbano	1.632,32	1.638,74	1.669,43	1.744,00	1.830,27	1.936,94	2.018,99	2.044,33	2.149,71	2.051,65
		Rural	846,27	888,99	947,72	1.044,55	1.020,09	1.007,97	1.062,47	1.116,99	1.249,31	1.202,44
		<b>Total</b>	<b>1.543,38</b>	<b>1.549,35</b>	<b>1.582,11</b>	<b>1.656,84</b>	<b>1.727,91</b>	<b>1.831,51</b>	<b>1.914,86</b>	<b>1.941,87</b>	<b>2.075,57</b>	<b>1.975,46</b>
	Goiás	Urbano	1.208,99	1.254,18	1.305,55	1.396,37	1.370,43	1.466,95	1.495,64	1.561,36	1.667,77	1.629,72
		Rural	787,49	812,48	858,80	1.017,83	974,82	901,07	1.098,52	1.063,59	1.270,85	1.164,79
		<b>Total</b>	<b>1.159,73</b>	<b>1.201,45</b>	<b>1.252,07</b>	<b>1.350,80</b>	<b>1.323,42</b>	<b>1.412,98</b>	<b>1.455,78</b>	<b>1.505,56</b>	<b>1.637,09</b>	<b>1.589,80</b>
	Mato Grosso do Sul	Urbano	1.336,70	1.188,40	1.182,91	1.265,65	1.380,60	1.565,66	1.506,49	1.530,47	1.712,40	1.794,00
		Rural	769,96	881,20	852,13	795,42	777,33	824,75	910,98	987,38	1.112,74	1.109,78
		<b>Total</b>	<b>1.264,57</b>	<b>1.146,49</b>	<b>1.139,53</b>	<b>1.196,59</b>	<b>1.295,29</b>	<b>1.466,36</b>	<b>1.426,75</b>	<b>1.457,23</b>	<b>1.651,63</b>	<b>1.719,90</b>
	Mato Grosso	Urbano	1.486,82	1.297,85	1.336,41	1.335,02	1.427,31	1.398,72	1.675,82	1.459,14	1.671,28	1.911,50
		Rural	874,62	734,78	861,88	841,42	1.011,20	924,08	930,19	1.001,77	1.052,05	1.240,22
		<b>Total</b>	<b>1.372,31</b>	<b>1.183,50</b>	<b>1.236,98</b>	<b>1.229,16</b>	<b>1.333,44</b>	<b>1.290,29</b>	<b>1.538,70</b>	<b>1.384,44</b>	<b>1.583,08</b>	<b>1.810,97</b>
	Goiás	Urbano	1.208,99	1.126,85	1.187,95	1.266,84	1.262,52	1.378,88	1.377,87	1.416,53	1.498,45	1.629,72
		Rural	787,49	729,99	781,44	923,41	898,06	846,98	1.012,02	964,93	1.141,83	1.164,79
		<b>Total</b>	<b>1.159,73</b>	<b>1.079,47</b>	<b>1.139,29</b>	<b>1.225,49</b>	<b>1.219,22</b>	<b>1.328,16</b>	<b>1.341,16</b>	<b>1.365,90</b>	<b>1.470,89</b>	<b>1.589,80</b>
Distrito Federal	Urbano	2.514,41	2.254,88	2.322,68	2.356,92	2.597,92	2.865,86	2.899,05	2.952,38	2.975,07	2.972,75	
	Rural	1.157,46	1.151,02	1.205,56	1.667,08	1.134,48	1.560,05	1.121,76	1.243,18	1.360,20	1.420,62	
	<b>Total</b>	<b>2.455,64</b>	<b>2.207,50</b>	<b>2.270,54</b>	<b>2.322,48</b>	<b>2.517,21</b>	<b>2.802,19</b>	<b>2.806,26</b>	<b>2.860,78</b>	<b>2.931,18</b>	<b>2.917,45</b>	

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

**TABELA 6**  
**Indicadores de educação**

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais	Brasil	Urbano	8,14	8,29	8,43	8,56	8,73	8,83	8,98	9,09	9,19	9,41	
		Rural	4,66	4,86	5,03	5,19	5,35	5,51	5,66	5,83	5,85	6,14	
		<b>Total</b>	<b>7,68</b>	<b>7,82</b>	<b>7,92</b>	<b>8,04</b>	<b>8,22</b>	<b>8,33</b>	<b>8,49</b>	<b>8,61</b>	<b>8,73</b>	<b>8,96</b>	
	Centro Oeste	Urbano	8,37	8,52	8,65	8,78	8,96	9,07	9,23	9,36	9,36	9,51	9,71
		Rural	5,40	5,57	5,80	6,06	6,19	6,10	6,30	6,59	6,59	6,55	6,57
		<b>Total</b>	<b>8,03</b>	<b>8,15</b>	<b>8,29</b>	<b>8,44</b>	<b>8,62</b>	<b>8,72</b>	<b>8,90</b>	<b>9,05</b>	<b>9,05</b>	<b>9,26</b>	<b>9,42</b>
	Goiás	Urbano	7,62	7,89	8,07	8,18	8,39	8,56	8,62	8,79	8,79	8,94	9,20
		Rural	5,12	5,34	5,29	5,71	5,95	5,54	5,97	6,33	6,33	6,58	6,74
		<b>Total</b>	<b>7,32</b>	<b>7,58</b>	<b>7,73</b>	<b>7,87</b>	<b>8,11</b>	<b>8,25</b>	<b>8,34</b>	<b>8,53</b>	<b>8,53</b>	<b>8,76</b>	<b>8,99</b>
Taxa de analfabetismo	Brasil	Urbano	9,09	8,88	8,71	8,45	7,84	7,60	7,50	7,35	6,51	6,57	
		Rural	27,71	27,24	25,82	25,01	24,13	23,31	23,38	22,63	21,17	21,11	
		<b>Total</b>	<b>11,9</b>	<b>11,6</b>	<b>11,5</b>	<b>11,2</b>	<b>10,4</b>	<b>10,1</b>	<b>10,0</b>	<b>9,7</b>	<b>8,6</b>	<b>8,7</b>	
	Centro Oeste	Urbano	8,40	8,23	8,01	7,88	7,38	6,92	7,20	7,01	5,73	5,81	
		Rural	18,25	17,29	16,84	15,45	14,22	15,55	15,44	15,17	12,48	15,03	
		<b>Total</b>	<b>9,6</b>	<b>9,4</b>	<b>9,2</b>	<b>8,9</b>	<b>8,3</b>	<b>8,0</b>	<b>8,2</b>	<b>8,0</b>	<b>6,3</b>	<b>6,7</b>	
	Goiás	Urbano	10,01	9,66	9,35	9,02	8,54	7,65	8,47	7,81	6,87	6,66	
		Rural	20,75	19,75	20,44	18,49	18,12	18,87	16,79	15,18	10,93	13,89	
		<b>Total</b>	<b>11,3</b>	<b>10,9</b>	<b>10,7</b>	<b>10,2</b>	<b>9,6</b>	<b>8,8</b>	<b>9,3</b>	<b>8,6</b>	<b>7,2</b>	<b>7,3</b>	
Mato Grosso do Sul	Urbano	8,01	8,75	8,99	8,59	7,84	7,46	7,47	8,05	5,98	6,36		
	Rural	14,88	14,18	12,68	11,81	12,09	13,35	11,90	12,67	9,60	12,52		
	<b>Total</b>	<b>8,90</b>	<b>9,51</b>	<b>9,49</b>	<b>9,05</b>	<b>8,43</b>	<b>8,27</b>	<b>8,06</b>	<b>8,68</b>	<b>6,33</b>	<b>7,00</b>		
Mato Grosso	Urbano	8,43	8,85	8,20	8,27	8,29	8,41	7,58	8,31	5,82	6,04		
	Rural	17,29	16,90	16,68	14,91	12,53	15,17	17,47	18,35	16,00	18,55		
	<b>Total</b>	<b>10,21</b>	<b>10,69</b>	<b>10,13</b>	<b>9,79</b>	<b>9,24</b>	<b>10,03</b>	<b>9,54</b>	<b>10,16</b>	<b>7,36</b>	<b>8,06</b>		
Distrito Federal	Urbano	5,18	4,10	4,02	4,41	3,51	3,50	3,77	3,15	2,89	3,21		
	Rural	16,83	12,98	7,64	10,16	7,97	7,87	9,03	8,28	10,05	10,51		
	<b>Total</b>	<b>5,67</b>	<b>4,49</b>	<b>4,20</b>	<b>4,67</b>	<b>3,75</b>	<b>3,73</b>	<b>4,05</b>	<b>3,42</b>	<b>3,12</b>	<b>3,49</b>		
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos.	Brasil	Urbano	29,85	31,20	34,35	34,17	36,57	38,46	39,89	40,30	43,04	42,90	
		Rural	16,42	17,56	18,68	19,18	21,86	23,82	25,89	28,31	29,53	30,34	
		<b>Total</b>	<b>27,42</b>	<b>28,76</b>	<b>31,13</b>	<b>31,04</b>	<b>33,64</b>	<b>35,60</b>	<b>37,17</b>	<b>38,04</b>	<b>40,74</b>	<b>40,77</b>	
	Centro Oeste	Urbano	22,81	23,62	25,43	26,74	29,20	30,35	33,89	33,16	34,53	38,51	
		Rural	9,84	8,39	9,76	8,89	13,19	10,69	14,48	23,46	17,91	20,89	
		<b>Total</b>	<b>21,00</b>	<b>21,30</b>	<b>22,98</b>	<b>24,03</b>	<b>26,74</b>	<b>27,69</b>	<b>31,56</b>	<b>32,08</b>	<b>32,84</b>	<b>36,82</b>	
	Goiás	Urbano	19,99	21,72	22,96	21,13	24,32	25,52	31,69	27,51	29,79	34,72	
		Rural	5,53	6,64	6,41	8,64	13,46	9,88	10,71	21,72	12,04	23,65	
		<b>Total</b>	<b>18,14</b>	<b>19,73</b>	<b>20,92</b>	<b>19,47</b>	<b>22,84</b>	<b>23,84</b>	<b>29,70</b>	<b>26,92</b>	<b>28,28</b>	<b>33,91</b>	

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	
Taxa de frequência líquida <sup>11</sup> à escola - ensino fundamental (6 a 14 anos)	Brasil	Urbano	86,0	86,4	86,7	87,2	88,0	89,6	90,3	91,3	92,0	92,6	
		Rural	84,7	84,5	85,1	85,6	86,7	88,6	89,1	90,2	91,3	92,1	
		<b>Total</b>	<b>85,7</b>	<b>86,0</b>	<b>86,4</b>	<b>86,9</b>	<b>87,7</b>	<b>89,4</b>	<b>90,1</b>	<b>91,1</b>	<b>91,9</b>	<b>92,5</b>	
	Centro Oeste	Urbano	86,4	86,9	87,3	88,7	89,2	90,7	90,7	90,8	91,2	92,1	92,3
		Rural	85,1	85,4	85,1	87,2	87,8	90,7	88,9	93,3	93,3	92,9	92,3
		<b>Total</b>	<b>86,2</b>	<b>86,7</b>	<b>87,0</b>	<b>88,5</b>	<b>89,0</b>	<b>90,7</b>	<b>90,6</b>	<b>91,5</b>	<b>92,2</b>	<b>92,2</b>	<b>92,3</b>
	Goiás	Urbano	86,4	87,0	87,3	89,0	90,4	92,5	92,5	91,1	90,1	92,0	92,9
		Rural	85,3	84,7	83,9	87,5	89,5	91,8	91,8	90,9	93,7	95,7	95,7
		<b>Total</b>	<b>86,3</b>	<b>86,7</b>	<b>86,8</b>	<b>88,8</b>	<b>90,3</b>	<b>92,4</b>	<b>91,0</b>	<b>90,5</b>	<b>90,5</b>	<b>92,3</b>	<b>93,1</b>
Taxa de frequência líquida à escola - ensino médio (15 a 17 anos)	Brasil	Urbano	44,6	47,5	49,4	50,4	51,9	52,2	54,5	54,5	54,8	56,6	
		Rural	18,5	21,7	21,9	24,4	26,9	30,4	33,1	35,4	37,2	41,4	
		<b>Total</b>	<b>40,0</b>	<b>43,1</b>	<b>44,2</b>	<b>45,2</b>	<b>47,1</b>	<b>47,8</b>	<b>50,4</b>	<b>50,9</b>	<b>51,6</b>	<b>54,0</b>	
	Centro Oeste	Urbano	42,3	46,5	47,3	47,6	49,7	50,9	52,9	52,9	56,4	57,4	59,9
		Rural	23,7	28,5	29,5	36,0	38,5	41,0	44,5	44,5	43,8	52,3	45,6
		<b>Total</b>	<b>40,1</b>	<b>44,2</b>	<b>45,0</b>	<b>45,9</b>	<b>48,3</b>	<b>49,7</b>	<b>51,9</b>	<b>51,9</b>	<b>54,8</b>	<b>56,9</b>	<b>58,6</b>
	Goiás	Urbano	40,7	44,8	47,7	46,9	48,2	54,7	54,7	53,0	55,9	57,8	61,6
		Rural	26,4	29,8	29,5	34,4	45,6	37,5	57,5	57,5	43,4	51,7	50,0
		<b>Total</b>	<b>39,0</b>	<b>43,0</b>	<b>45,6</b>	<b>45,3</b>	<b>47,9</b>	<b>53,3</b>	<b>53,4</b>	<b>53,4</b>	<b>54,5</b>	<b>57,3</b>	<b>60,8</b>
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)	Brasil	Urbano	13,7	14,9	15,6	16,5	18,3	15,0	15,8	17,0	17,1	17,7	
		Rural	1,9	2,0	2,0	2,7	2,9	5,4	5,8	4,3	4,1	4,5	
		<b>Total</b>	<b>12,0</b>	<b>13,0</b>	<b>13,3</b>	<b>14,2</b>	<b>15,9</b>	<b>27,3</b>	<b>28,7</b>	<b>15,1</b>	<b>15,4</b>	<b>15,8</b>	
	Centro Oeste	Urbano	15,1	17,2	17,4	19,6	20,6	22,4	23,4	25,7	28,1	27,6	
		Rural	3,8	3,8	3,5	4,8	6,5	6,1	5,0	10,8	9,4	8,2	
		<b>Total</b>	<b>13,9</b>	<b>15,6</b>	<b>15,7</b>	<b>17,9</b>	<b>19,0</b>	<b>20,7</b>	<b>21,6</b>	<b>24,3</b>	<b>26,9</b>	<b>26,2</b>	
	Goiás	Urbano	13,1	15,9	16,5	17,6	20,5	20,1	19,2	22,8	25,7	24,4	
		Rural	3,6	3,6	3,7	7,7	4,7	4,7	2,7	9,0	5,6	13,0	
		<b>Total</b>	<b>12,2</b>	<b>14,6</b>	<b>15,3</b>	<b>16,6</b>	<b>19,1</b>	<b>18,9</b>	<b>18,0</b>	<b>21,8</b>	<b>24,7</b>	<b>23,8</b>	

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

<sup>11</sup> Parcela da população que está no nível de ensino adequado a sua faixa etária.

TABELA 7

## Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Abastecimento adequado de água	Brasil	Urbano	88,52	88,80	89,51	89,79	90,91	91,31	91,71	92,08	91,92	92,89
		Rural	51,82	53,86	52,99	54,59	57,48	59,86	62,55	64,79	67,77	70,69
		<b>Total</b>	<b>82,70</b>	<b>83,30</b>	<b>83,20</b>	<b>83,62</b>	<b>85,33</b>	<b>85,96</b>	<b>86,85</b>	<b>87,59</b>	<b>88,28</b>	<b>89,52</b>
	Centro Oeste	Urbano	83,54	85,16	86,67	86,93	88,16	89,77	89,32	90,98	92,07	92,93
		Rural	70,23	74,28	78,10	82,83	84,70	83,92	88,98	86,01	89,69	92,13
		<b>Total</b>	<b>81,86</b>	<b>83,65</b>	<b>85,49</b>	<b>86,36</b>	<b>87,68</b>	<b>89,00</b>	<b>89,28</b>	<b>90,38</b>	<b>91,85</b>	<b>92,85</b>
	Goiás	Urbano	79,91	81,94	85,36	83,86	86,46	88,48	86,80	88,76	89,09	89,80
		Rural	75,59	82,26	82,60	85,97	89,81	87,75	93,16	91,95	96,25	95,52
		<b>Total</b>	<b>79,41</b>	<b>81,98</b>	<b>85,03</b>	<b>84,12</b>	<b>86,85</b>	<b>88,41</b>	<b>87,45</b>	<b>89,10</b>	<b>89,66</b>	<b>90,28</b>
Acesso da população à energia elétrica	Brasil	Urbano	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,85	99,87	99,94	99,94
		Rural	79,48	81,05	80,14	82,14	85,25	88,43	90,80	92,98	95,46	96,90
		<b>Total</b>	<b>96,25</b>	<b>96,62</b>	<b>96,24</b>	<b>96,57</b>	<b>97,31</b>	<b>97,89</b>	<b>98,34</b>	<b>98,74</b>	<b>99,26</b>	<b>99,48</b>
	Centro Oeste	Urbano	99,27	99,57	99,61	99,73	99,77	99,76	99,60	99,86	99,55	99,88
		Rural	79,31	81,77	83,55	89,02	89,92	90,76	93,14	97,19	97,98	99,01
		<b>Total</b>	<b>96,75</b>	<b>97,11</b>	<b>97,40</b>	<b>98,23</b>	<b>98,42</b>	<b>98,57</b>	<b>98,81</b>	<b>99,54</b>	<b>99,40</b>	<b>99,80</b>
	Goiás	Urbano	99,71	99,81	99,72	99,76	99,84	99,84	99,87	99,90	99,91	99,94
		Rural	86,24	90,32	89,19	94,41	96,62	95,80	97,70	98,62	97,53	98,84
		<b>Total</b>	<b>98,13</b>	<b>98,64</b>	<b>98,44</b>	<b>99,09</b>	<b>99,47</b>	<b>99,42</b>	<b>99,64</b>	<b>99,76</b>	<b>99,72</b>	<b>99,84</b>
Esgotamento sanitário adequado	Brasil	Urbano	62,12	62,94	63,26	63,67	64,34	66,05	66,48	66,30	69,66	70,46
		Rural	12,25	13,41	14,70	14,33	16,04	18,29	18,68	19,71	23,75	27,69
		<b>Total</b>	<b>65,50</b>	<b>66,43</b>	<b>66,01</b>	<b>66,84</b>	<b>68,24</b>	<b>71,08</b>	<b>71,14</b>	<b>70,29</b>	<b>75,38</b>	<b>76,11</b>
	Centro Oeste	Urbano	39,29	40,37	38,02	39,01	39,22	41,29	43,85	43,05	48,30	49,78
		Rural	7,97	5,28	6,10	4,63	5,56	6,36	12,34	6,39	14,81	23,11
		<b>Total</b>	<b>44,66</b>	<b>45,04</b>	<b>40,64</b>	<b>44,20</b>	<b>43,74</b>	<b>46,45</b>	<b>47,87</b>	<b>45,36</b>	<b>58,58</b>	<b>59,66</b>
	Goiás	Urbano	34,04	35,64	34,09	35,16	35,95	39,57	38,31	41,16	45,81	43,45
		Rural	1,12	0,66	0,87	3,86	2,11	0,46	1,12	2,87	23,77	13,82
		<b>Total</b>	<b>33,09</b>	<b>35,58</b>	<b>31,36</b>	<b>35,11</b>	<b>35,89</b>	<b>43,69</b>	<b>35,09</b>	<b>40,29</b>	<b>62,43</b>	<b>51,12</b>

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Coleta de lixo adequado	Brasil	Urbano	95,34	96,00	95,72	96,62	97,15	97,60	97,86	98,28	98,11	98,00
		Rural	17,40	19,10	20,05	22,54	24,63	26,81	28,76	31,65	28,23	29,00
		<b>Total</b>	<b>82,98</b>	<b>83,91</b>	<b>82,66</b>	<b>83,64</b>	<b>85,05</b>	<b>85,57</b>	<b>86,35</b>	<b>87,33</b>	<b>87,60</b>	<b>87,53</b>
	Centro Oeste	Urbano	96,42	97,33	97,27	97,96	98,65	98,44	98,56	98,90	98,79	98,77
		Rural	14,37	15,46	19,96	20,17	19,91	22,62	21,19	27,51	20,32	22,60
		<b>Total</b>	<b>86,04</b>	<b>85,99</b>	<b>86,65</b>	<b>87,11</b>	<b>87,89</b>	<b>88,45</b>	<b>89,06</b>	<b>90,31</b>	<b>91,59</b>	<b>91,25</b>
	Goiás	Urbano	96,85	98,20	97,46	98,85	98,66	98,54	98,71	99,13	99,10	99,46
		Rural	5,05	6,26	7,48	8,48	7,82	8,14	7,56	10,42	9,56	10,56
		<b>Total</b>	<b>86,95</b>	<b>88,19</b>	<b>88,03</b>	<b>89,30</b>	<b>89,86</b>	<b>90,74</b>	<b>90,80</b>	<b>91,42</b>	<b>93,33</b>	<b>93,52</b>
Proporção de domicílios adequados	Brasil	Urbano	88,08	88,49	89,15	89,49	90,56	91,04	91,46	91,83	91,73	92,74
		Rural	17,40	19,10	20,05	22,54	24,63	26,81	28,76	31,65	28,23	29,00
		<b>Total</b>	<b>76,87</b>	<b>77,58</b>	<b>77,22</b>	<b>77,76</b>	<b>79,56</b>	<b>80,12</b>	<b>81,01</b>	<b>81,94</b>	<b>82,18</b>	<b>83,07</b>
	Centro Oeste	Urbano	83,32	84,99	86,44	86,66	87,95	89,63	89,14	90,89	92,02	92,88
		Rural	14,37	15,46	19,96	20,17	19,91	22,62	21,19	27,51	20,32	22,60
		<b>Total</b>	<b>74,59</b>	<b>75,36</b>	<b>77,31</b>	<b>77,39</b>	<b>78,64</b>	<b>80,79</b>	<b>80,79</b>	<b>83,26</b>	<b>85,45</b>	<b>85,94</b>
	Goiás	Urbano	79,82	81,91	85,25	83,77	86,36	88,42	86,80	88,62	89,09	89,76
		Rural	12,69	16,51	19,76	22,18	21,65	23,98	21,30	27,34	26,15	29,03
		<b>Total</b>	<b>71,93</b>	<b>73,89</b>	<b>77,30</b>	<b>76,10</b>	<b>78,97</b>	<b>81,67</b>	<b>80,11</b>	<b>82,03</b>	<b>84,12</b>	<b>84,64</b>
Existência de filtro d'água	Brasil	Urbano	55,45	54,80	53,67	53,32	52,40	53,22	53,73	53,07	54,96	54,80
		Rural	41,69	42,55	40,45	41,35	40,67	40,67	41,19	42,40	41,88	41,59
		<b>Total</b>	<b>53,27</b>	<b>52,88</b>	<b>51,39</b>	<b>51,22</b>	<b>50,45</b>	<b>51,09</b>	<b>51,64</b>	<b>51,31</b>	<b>53,00</b>	<b>52,79</b>
	Centro Oeste	Urbano	66,04	65,78	65,09	63,46	62,85	63,97	61,14	60,74	63,44	63,22
		Rural	64,91	63,50	60,84	58,22	59,11	58,23	58,91	58,99	58,81	58,72
		<b>Total</b>	<b>65,90</b>	<b>65,46</b>	<b>64,50</b>	<b>62,73</b>	<b>62,34</b>	<b>63,22</b>	<b>60,87</b>	<b>60,53</b>	<b>63,01</b>	<b>62,77</b>
	Goiás	Urbano	78,09	74,72	75,05	71,74	72,09	74,11	67,49	70,43	72,35	71,74
		Rural	83,41	80,58	80,24	78,21	81,15	76,71	79,76	81,53	73,08	73,59
		<b>Total</b>	<b>78,71</b>	<b>75,44</b>	<b>75,68</b>	<b>72,54</b>	<b>73,13</b>	<b>74,38</b>	<b>68,74</b>	<b>71,62</b>	<b>72,41</b>	<b>71,89</b>
Existência de geladeira	Brasil	Urbano	91,33	91,73	92,10	92,61	93,48	94,55	95,53	96,43	97,87	98,48
		Rural	57,48	60,04	59,69	61,13	64,60	69,17	73,38	77,53	84,14	87,79
		<b>Total</b>	<b>85,96</b>	<b>86,74</b>	<b>86,50</b>	<b>87,09</b>	<b>88,66</b>	<b>90,24</b>	<b>91,84</b>	<b>93,32</b>	<b>95,81</b>	<b>96,85</b>
	Centro Oeste	Urbano	93,42	94,16	94,13	95,34	95,61	96,26	96,80	97,84	98,80	99,18
		Rural	68,90	70,93	73,82	79,58	80,16	82,26	85,09	89,63	94,06	96,03
		<b>Total</b>	<b>90,31</b>	<b>90,94</b>	<b>91,34</b>	<b>93,14</b>	<b>93,49</b>	<b>94,41</b>	<b>95,36</b>	<b>96,85</b>	<b>98,37</b>	<b>98,87</b>
	Goiás	Urbano	92,72	93,57	93,25	94,62	95,06	96,10	96,57	97,58	99,01	99,15
		Rural	74,79	79,72	78,38	86,11	89,28	87,98	90,33	93,44	96,25	96,91
		<b>Total</b>	<b>90,62</b>	<b>91,87</b>	<b>91,44</b>	<b>93,56</b>	<b>94,40</b>	<b>95,25</b>	<b>95,93</b>	<b>97,14</b>	<b>98,79</b>	<b>98,96</b>

TABELA 8

## Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Acesso à internet no domicílio	Brasil	Urbano	11,93	13,15	14,23	16,12	19,99	24,00	28,69	32,79	43,66	48,23
		Rural	0,46	0,66	0,77	1,05	1,37	2,20	3,38	4,20	6,39	8,82
		<b>Total</b>	<b>10,11</b>	<b>11,18</b>	<b>11,91</b>	<b>13,48</b>	<b>16,88</b>	<b>20,29</b>	<b>24,48</b>	<b>28,09</b>	<b>38,05</b>	<b>42,25</b>
	Centro Oeste	Urbano	10,87	12,77	12,99	14,58	17,33	21,89	27,81	32,65	44,83	49,89
		Rural	0,65	0,84	1,44	0,97	1,04	2,37	4,07	7,28	10,06	12,01
		<b>Total</b>	<b>9,58</b>	<b>11,12</b>	<b>11,40</b>	<b>12,68</b>	<b>15,10</b>	<b>19,32</b>	<b>24,89</b>	<b>29,59</b>	<b>41,64</b>	<b>46,15</b>
	Goiás	Urbano	6,98	8,51	8,90	9,59	12,33	16,86	20,88	25,74	38,49	43,87
		Rural	0,32	0,71	0,41	0,00	0,32	0,35	1,48	4,02	8,52	9,81
		<b>Total</b>	<b>6,19</b>	<b>7,55</b>	<b>7,87</b>	<b>8,39</b>	<b>10,96</b>	<b>15,13</b>	<b>18,90</b>	<b>23,41</b>	<b>36,12</b>	<b>40,99</b>
Existência de computador no domicílio	Brasil	Urbano	16,42	17,63	19,11	21,75	26,12	31,53	37,14	41,33	50,97	54,95
		Rural	1,53	1,72	1,97	2,67	3,22	5,07	7,52	8,52	11,01	14,51
		<b>Total</b>	<b>14,06</b>	<b>15,12</b>	<b>16,15</b>	<b>18,41</b>	<b>22,30</b>	<b>27,03</b>	<b>32,21</b>	<b>35,93</b>	<b>44,96</b>	<b>48,82</b>
	Centro Oeste	Urbano	14,92	16,25	17,65	20,24	24,16	29,74	36,24	41,17	52,77	57,37
		Rural	2,48	2,13	2,94	2,99	4,10	5,93	9,27	12,46	18,06	20,26
		<b>Total</b>	<b>13,35</b>	<b>14,30</b>	<b>15,63</b>	<b>17,84</b>	<b>21,42</b>	<b>26,60</b>	<b>32,93</b>	<b>37,71</b>	<b>49,58</b>	<b>53,70</b>
	Goiás	Urbano	10,17	11,79	13,15	14,36	18,49	23,89	29,94	34,55	46,39	51,40
		Rural	1,50	2,34	1,70	1,98	2,38	2,87	5,37	7,66	16,44	17,53
		<b>Total</b>	<b>9,15</b>	<b>10,63</b>	<b>11,76</b>	<b>12,82</b>	<b>16,65</b>	<b>21,69</b>	<b>27,44</b>	<b>31,66</b>	<b>44,03</b>	<b>48,55</b>
Existência de telefone fixo no domicílio	Brasil	Urbano	59,85	57,46	55,65	54,77	53,02	51,37	50,39	48,88	45,66	45,19
		Rural	8,53	8,62	8,44	8,42	9,08	8,75	8,87	8,56	6,36	6,53
		<b>Total</b>	<b>51,71</b>	<b>49,78</b>	<b>47,50</b>	<b>46,64</b>	<b>45,69</b>	<b>44,12</b>	<b>43,47</b>	<b>42,25</b>	<b>39,75</b>	<b>39,32</b>
	Centro Oeste	Urbano	62,35	61,05	57,15	53,33	49,10	45,35	46,00	43,97	41,06	40,65
		Rural	8,46	8,03	7,60	7,08	7,42	7,48	8,25	7,85	5,73	4,88
		<b>Total</b>	<b>55,53</b>	<b>53,71</b>	<b>50,34</b>	<b>46,88</b>	<b>43,40</b>	<b>40,35</b>	<b>41,37</b>	<b>39,62</b>	<b>37,82</b>	<b>37,12</b>
	Goiás	Urbano	60,62	59,52	54,27	49,57	46,84	42,68	42,85	40,26	38,72	37,68
		Rural	4,18	5,15	4,32	4,19	4,80	2,76	5,43	5,57	3,83	5,95
		<b>Total</b>	<b>53,98</b>	<b>52,85</b>	<b>48,20</b>	<b>43,92</b>	<b>42,04</b>	<b>38,50</b>	<b>39,03</b>	<b>36,53</b>	<b>35,96</b>	<b>35,01</b>

(Continua)

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Existência de telefone celular no domicílio	Brasil	Urbano	38,76	43,09	54,24	67,53	71,62	75,57	83,63	86,14	92,82	94,22
		Rural	12,70	15,31	19,95	28,40	34,32	39,11	49,58	54,06	66,59	71,25
		<b>Total</b>	<b>34,62</b>	<b>38,72</b>	<b>48,32</b>	<b>60,67</b>	<b>65,40</b>	<b>69,37</b>	<b>77,96</b>	<b>80,86</b>	<b>88,87</b>	<b>90,74</b>
	Centro Oeste	Urbano	45,37	51,86	65,16	77,65	80,33	82,61	89,46	92,31	94,86	96,36
		Rural	20,64	26,26	36,80	49,66	57,78	53,28	64,98	73,98	82,66	85,51
		<b>Total</b>	<b>42,24</b>	<b>48,31</b>	<b>61,26</b>	<b>73,75</b>	<b>77,24</b>	<b>78,75</b>	<b>86,45</b>	<b>90,10</b>	<b>93,74</b>	<b>95,28</b>
	Goiás	Urbano	39,55	47,72	60,85	73,63	77,34	80,90	87,52	91,34	94,14	95,86
		Rural	18,84	29,05	39,83	52,70	61,72	55,95	71,09	77,62	84,58	88,65
		<b>Total</b>	<b>37,12</b>	<b>45,43</b>	<b>58,30</b>	<b>71,03</b>	<b>75,55</b>	<b>78,29</b>	<b>85,84</b>	<b>89,86</b>	<b>93,39</b>	<b>95,25</b>
Existência de televisão no domicílio	Brasil	Urbano	94,37	94,45	94,84	95,82	96,79	97,66	97,96	98,10	98,52	98,61
		Rural	68,52	69,40	68,95	70,61	76,43	80,98	84,18	86,35	90,92	92,73
		<b>Total</b>	<b>90,27</b>	<b>90,51</b>	<b>90,37</b>	<b>91,40</b>	<b>93,39</b>	<b>94,82</b>	<b>95,66</b>	<b>96,17</b>	<b>97,38</b>	<b>97,72</b>
	Centro Oeste	Urbano	93,35	93,92	94,06	94,93	95,78	96,70	96,62	97,30	97,59	97,98
		Rural	69,64	71,81	73,68	79,25	82,17	82,31	85,34	89,67	94,05	93,85
		<b>Total</b>	<b>90,35</b>	<b>90,86</b>	<b>91,26</b>	<b>92,75</b>	<b>93,92</b>	<b>94,80</b>	<b>95,23</b>	<b>96,38</b>	<b>97,27</b>	<b>97,57</b>
	Goiás	Urbano	93,53	94,31	94,07	94,71	95,89	97,24	97,30	97,50	98,33	98,11
		Rural	72,75	78,03	76,48	83,85	86,75	88,33	90,56	91,79	94,38	96,29
		<b>Total</b>	<b>91,09</b>	<b>92,32</b>	<b>91,94</b>	<b>93,35</b>	<b>94,85</b>	<b>96,31</b>	<b>96,61</b>	<b>96,88</b>	<b>98,01</b>	<b>97,96</b>
Existência de rádio no domicílio	Brasil	Urbano	89,21	88,85	89,33	89,58	89,23	89,32	90,23	89,28	84,60	81,71
		Rural	82,42	83,72	81,22	81,77	82,43	83,22	83,44	81,83	76,90	76,45
		<b>Total</b>	<b>88,13</b>	<b>88,04</b>	<b>87,93</b>	<b>88,21</b>	<b>88,10</b>	<b>88,28</b>	<b>89,10</b>	<b>88,06</b>	<b>83,44</b>	<b>80,91</b>
	Centro Oeste	Urbano	85,80	85,47	86,24	86,41	86,75	86,00	87,40	85,39	80,77	79,65
		Rural	82,00	81,81	82,38	80,83	81,64	84,69	84,21	84,12	79,62	77,78
		<b>Total</b>	<b>85,32</b>	<b>84,96</b>	<b>85,71</b>	<b>85,63</b>	<b>86,05</b>	<b>85,83</b>	<b>87,00</b>	<b>85,24</b>	<b>80,67</b>	<b>79,47</b>
	Goiás	Urbano	85,03	85,06	86,98	85,45	86,21	87,00	88,04	83,13	79,68	80,56
		Rural	83,25	83,38	80,03	80,33	84,37	86,20	86,13	84,62	81,18	87,88
		<b>Total</b>	<b>84,82</b>	<b>84,86</b>	<b>86,14</b>	<b>84,81</b>	<b>86,00</b>	<b>86,92</b>	<b>87,85</b>	<b>83,29</b>	<b>79,80</b>	<b>81,18</b>

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ninsoc/Disoc/Ipea

## ANEXO 2

### Renda domiciliar per capita por décimos da população – Estado de Goiás

		Média (R\$)		Variação Anual (%)	
		2002	2012	2002/2012	2011/2012
<b>Décimos</b>	1	67,54	144,52	7,90	17,24
	2	144,67	275,58	6,66	12,63
	3	201,36	360,56	6,00	8,83
	4	263,96	453,96	5,57	9,87
	5	325,29	555,89	5,50	10,00
	6	393,03	641,15	5,02	8,13
	7	505,61	772,68	4,33	7,93
	8	691,25	981,63	3,57	8,81
	9	1.028,75	1.365,55	2,87	8,43
	10	2.813,03	3.427,64	2,00	7,70
<b>Especiais</b>	1% mais ricos	8.158,38	10.073,19	2,13	16,54
	5% mais ricos	4.004,89	4,853,18	1,94	10,82
	40% mais pobres	169,38	308,66	6,18	10,98

Fonte: PNADs 2002-2012/IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/ Segplan-GO, com base no Ipea



## **ANEXO 3**

### Glossário de indicadores

#### **INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana considera-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou em parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

#### **DEMOGRAFIA**

##### **População Residente – PNAD/IBGE**

Total de pessoas que têm a unidade domiciliar como local de residência habitual e estavam presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

### **Taxa de fecundidade – Ripsa/MS**

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulheres ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

#### *Métodos de cálculo:*

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

### **Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE**

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

#### *Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos um mais de idade}} \quad \times 100$$

### **Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE**

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 ou mais de idade.

#### *Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 60 ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos um mais de idade}} \quad \times 100$$

## **Saldo migratório – PNAD/IBGE**

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

*Método de cálculo:*

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

## **PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE**

### **Cobertura Previdenciária da população idosa – PNAD/IBGE**

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

### **Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

## **Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE**

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

*Método de cálculo:* a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade ( $l_{60}$ ). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite ( $T_{60}$ ). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de  $T_{60}$  por  $l_{60}$ .

## **Percentual das transferências sobre a renda – PNAD/IBGE.**

Percentual de rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência - e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos, que recebia, normalmente, no mês de referência.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de Transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

## **POBREZA E DESIGUALDADE**

### **Extrema pobreza – PNAD/IBGE**

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 78,81 em 2012, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2012.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE**

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílio-, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{População total}} \times 100$$

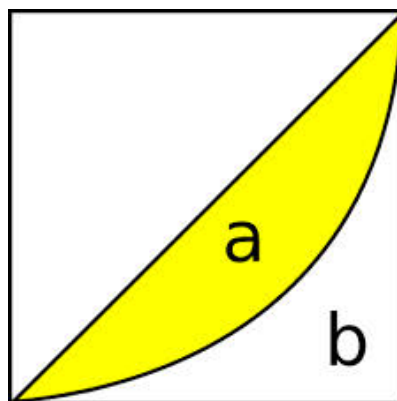
em que a renda domiciliar *per capita* é:

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}} \times 100$$

### **Índice de Gini – PNAD/IBGE**

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz é *b*, então o Coeficiente de Gini é  $a/(a+b)$ . esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática.

$$G = \left| 1 - \sum_{k=0}^{n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k-1} - Y_k) \right|$$

Em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então  $(X_{k+1} - X_k = 1)$  e  $(Y_{k-1} - Y_k = 1)$ , e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará  $(Y_{k-1} - Y_k = 0)$ , e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

## SAÚDE

### Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

*Método de cálculo:*

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os Estados que apresentam cobertura do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sisnac) inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

### **Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS**

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

## **TRABALHO E RENDA**

### **Taxa de desemprego – PNAD/IBGE**

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

### **Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE**

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

### **Taxa de participação – PNAD/IBGE**

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

## **EDUCAÇÃO**

### **Média de anos de estudos – PNAD/IBGE**

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$



### **Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

### **Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE**

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

### **Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE**

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

### **Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE**

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \quad \times 100$$

### **Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE**

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \quad \times 100$$

## **SANEAMENTO E HABITAÇÃO**

### **Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \quad \times 100$$

### **Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

*Método de cálculo:*

População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural

---

$$\frac{\text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora, fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Coleta de lixo – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

*Método de cálculo:*

População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio

---

$$\frac{\text{População residente atendida, direta ou indiretamente, por serviço regular de coleta de lixo no domicílio}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Domicílios adequados – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

*Método de cálculo:*

População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

## **Acesso à Informação**

### **Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

*Método de cálculo:*

População residente em domicílios com acesso à internet

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residente em domicílios com computador.

*Método de cálculo:*

População residente em domicílios com computador

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residente em domicílios com telefone fixo.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residente em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residente em domicílios com televisão.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

### **Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE**

Percentual de pessoas residente em domicílios com rádio.

*Método de cálculo:*

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

**Equipe Técnica**

*Luis Carlos Fukugawa*

*Marcos Fernando Arriel*

*Paulo Jackson Bezerra Vianna*

*Rafael dos Reis Costa*

**Publicação via web**

Victor Henrique Marques Menezes

Vanderson Soares

**Arte e capa**

Jaqueline Vasconcelos Braga

**Apoio Técnico (Ipea)**

Herton Ellery Araújo

**Revisão**

Andressa Aparecida Barbosa Santos Braz

*É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.  
Reproduções para fins comerciais são proibidas.*